

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Porto Alegre, 17/03/2010

Sumário

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	7
2. Objetivos e metas institucionais	8
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	8
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	17
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	21
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	21
Principais Ações do Programa.....	22
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária	22
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	26
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	28
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	31
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	32
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	34
Principais Ações do Programa.....	35
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	35
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	38
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	39
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento.....	42
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	44
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	47
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas....	50
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	52
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	54
Principais Ações do Programa.....	55
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	55
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	57

2.3.3.3	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	58
2.3.3.4	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	59
2.3.3.5	Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	61
2.3.3.6	Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas ...	62
2.3.3.7	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	63
2.3.4	Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	65
	Principais Ações do Programa.....	66
2.3.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	66
2.3.5	Programa 1120 – Paz no Campo	68
	Principais Ações do Programa.....	69
2.3.5.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	69
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	71
	Principais Ações do Programa.....	72
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....	72
2.3.6.2	Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	75
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo	77
	Principais Ações do Programa.....	78
2.3.7.1	Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	78
2.3.7.2	Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.....	79
2.3.7.3	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	80
2.3.7.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	82
2.3.8	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	84
	Principais Ações do Programa.....	85
2.3.8.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	85
2.3.8.2	Ação 2272 - Gestão do Programa	88
2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	90
	Principais Ações do Programa.....	91
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade.....	91
2.3.9.2	Ação 2003 - Ações de Informática	93
2.4	Desempenho Operacional.....	95

2.4.1. Programação Orçamentária	95
2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)	95
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes	95
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital	95
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	95
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	96
2.4.2 Execução Orçamentária	97
Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	97
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação	97
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	98
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa	99
2.4.3. Evolução de Gastos Gerais	100
2.4.5. Indicadores de Desempenho	101
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	102
3.1 Composição dos Recursos Humanos	102
3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos	102
3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos	103
3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra	105
3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir	107
3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	108
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	109
Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos. 109	Erro! Indicador não definido.109
5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	110
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	111
7. Previdência Complementar Patrocinada	121
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	122
9. Renúncias tributárias	123
10. Operações de fundos	124
11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	125
11B. Determinações e recomendações do TCU	128
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	131

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	132
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	133
15. Informações Contábeis da Gestão	134
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	140

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA			
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373072	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: AUTARQUIA			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(051) 3284-3300	(051) 3284-3305	
Endereço eletrônico: Nelson.Souza@poa.incra.gov.br			
Endereço Postal: Av. Loureiro da Silva, 515 – Bairro Cidade Baixa – Porto Alegre/RS – CEP: 90.010-420			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Estrutura Regimental – Decretos nº 5.735/2006 e 5.928/2006			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno – Portaria MDA nº 69/2006			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Resolução/CD/Nº 53/2006 – Regimento Interno: CD/CDR e Resolução/CD/Nº 54/2006 – Competências: CD/CDR			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373072	SUPERINT.ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRA/SR-11		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
373072	37201		

2. Objetivos e metas institucionais

Observação inicial

Este documento articula ações desenvolvidas neste período à dificuldades anteriormente identificadas, bem como a algumas informações apresentadas no Relatório de Gestão do exercício anterior. Esta condição se afigura necessária na medida que a compreensão das inovações incorporadas ao processo de gestão, bem como de suas condicionantes e limitações, assim o exige. Dentre os argumentos neste sentido, cabe destacar o fato de que o ambiente institucional não sofreu alterações relevantes no período, em que pese as medidas adotadas a partir da análise apresentada em 2008 e implementadas desde então, como será demonstrado no presente documento, tenham se revelado consistentes em relação aos objetivos propostos.

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A missão institucional da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Sul - SR/11 pode ser resumida no desenvolvimento de ações voltadas: **a)** à obtenção de imóveis para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra, através da criação de Projetos de Assentamentos (PAs), cumprindo os objetivos das Leis 4.504 e 8.629, que objetivam garantir o acesso à terra de forma democrática e igualitária; **b)** ao desenvolvimento desses PAs; **c)** ao ordenamento e regularização da malha fundiária, sendo que nesta ação está incluída a missão de regularizar as terras das comunidades remanescentes de quilombos. Estas ações, que exigem todo um vasto conjunto de medidas sequenciais, conduzidas de forma isolada por esta autarquia, ou envolvendo articulação com outros atores, estão consubstanciadas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

A solução dos conflitos no campo, objetivo claramente percebido pela sociedade como um problema nacional, que envolve grandes massas populacionais, exige, claramente, expansão nas possibilidades de acesso à terra. Entretanto, em que pese a dimensão deste desafio, ele tende a ser percebido como uma atribuição exclusiva do Incra. Um exemplo claro se percebe no fato de que a Superintendência Regional do INCRA no RS (SR/11) vem atuando de forma isolada no que diz respeito a esta questão desde 2003. As dificuldades neste sentido são óbvias, particularmente em se tratando de período onde ocorreu expansão no valor da terra e o apoio dos governos federal e estadual a várias oportunidades associadas ao agronegócio, dificultando a constituição de novos assentamentos.

É alarmante o fato de que a raiz dos conflitos tenda a ser –equivocadamente- interpretada como restrita aos bolsões representados pelos locais onde estão estabelecidos os acampamentos de trabalhadores rurais sem terra atualmente. Aquelas famílias apenas ilustram um quantitativo de trabalhadores rurais sem terra, ou com terra insuficiente, que, em realidade –neste Estado- supera centenas de milhares de famílias.

Aguardando pela expansão nas ações da política de reforma agrária, este contingente se mobiliza sempre que surgem oportunidades concretas de acesso à terra, o que explica o fato de que apesar do expressivo avanço no número de famílias assentadas no RS, neste período, os acampamentos de beira de estradas praticamente mantém a população identificada no exercício anterior.

Em outras palavras, apenas uma pequena do contingente populacional associado à tensão social no campo se localiza nos acampamentos reconhecidos pelo INCRA, como público potencial imediato da Reforma Agrária. Aparentemente é por este motivo que, quando isoladas, ações bem sucedidas no sentido de obtenção de terras e criação de assentamentos não resultam no efetivo esvaziamento dos acampamentos.

Embora ainda insuficientes em número e abrangência, desde os últimos períodos esta SR-11 vem constituindo/consolidando parcerias importantes para a implantação de ações voltadas à implantação, qualificação e desenvolvimento dos assentamentos, conforme registramos mais adiante.

Dentre as dificuldades associadas à expansão/consolidação de tais parcerias avulta o contexto político-institucional fortemente refratário à execução da principal política pública sob responsabilidade do INCRA: a obtenção de terras e a implantação de assentamentos de reforma agrária, embora seus reflexos diretos e negativos também se verifiquem no que tange ao desenvolvimento destes assentamentos, ao gerenciamento da rede fundiária e, mais recentemente, à regularização de áreas remanescentes de quilombos.

De uma forma resumida, as circunstâncias que limitam a ação da autarquia, e que evidenciam seu isolamento, podem ser ilustradas a partir do esvaziamento e posterior desativação do Gabinete da Reforma Agrária (GRA), do Governo do Estado. Em consequência das repercussões políticas e dos problemas objetivos, decorrentes daquela circunstância, o Governo do Estado, atualmente, opera como um simulacro de organismo na área. Trata-se do Departamento de Desenvolvimento Agrário, que conta com menos de uma dezena de funcionários para o gerenciamento de ações envolvendo mais de 4 mil famílias estabelecidas nos 152 Projetos de Assentamento Estaduais/PE, bem como para articulação com o INCRA e com as 54 prefeituras onde se localizam aquelas unidades. O antigo GRA, para estas mesmas tarefas, contava com uma equipe de mais de cento e cinquenta funcionários, e mantinha estreita relação com o INCRA, em ações que viabilizaram –na ocasião- a constituição de 32 assentamentos compartilhados, que desde então são gerenciados pelo INCRA.

Assim é que desde 2002 a reforma agrária e as ações correlatas ao desenvolvimento dos assentamentos deixou de figurar, na prática, entre as responsabilidades do executivo estadual, cabendo ao INCRA também as tarefas de desenvolvimento (estradas, casas, água, créditos) e assistência técnica daqueles 152 PEs. Como consequência, aquelas famílias se somam as mais de 12 mil que procuram esta autarquia, em busca de soluções para seus problemas.

Merece destaque o fato de que, em 2009, graves problemas climáticos, notadamente excesso de chuvas, causaram tamanho dano aos agricultores assentados que o INCRA precisou recuperar dezenas de pontes, centenas de bueiros e pontilhões, casas e de quilômetros de estradas, alocando a quase totalidade de seus recursos, que estavam destinados para novos investimentos, em processos de recuperação de obras já concluídas, praticamente sem qualquer apoio orçamentário do governo do Estado e das prefeituras em questão.

Tudo isto não amenizou as tensões no campo. Ao contrário, em 2009 se percebeu recrudescimento da maior e mais agressiva campanha já articulada por organizações contrárias à reforma agrária, como conceito, como programa de desenvolvimento e como política pública, neste Estado. Com o apoio ostensivo da grande mídia e seus principais articulistas, com a aparente desresponsabilização do Executivo Estadual para com a questão agrária, e com o movimento de criminalização dos movimentos sociais que lutam pela terra, deflagrado pelo Ministério Público Estadual e pela Brigada Militar, cresceram as necessidades e as tensões no campo, expandindo-se de tal forma as demandas dirigidas ao INCRA que estas superam, atualmente, de longe, sua capacidade de atendê-las de maneira ordenada e eficiente.

Alimentada pela crise climática e agravada pelo fracasso da política de estímulo às empresas exportadoras de pasta de celulose, no bojo da crise internacional, a crise do rural alcançou o urbano e permitiu que, em articulação bem sucedida, aqueles grupos antagônicos a modificações na estrutura fundiária colocassem o INCRA na posição de algoz de proprietários rurais debilitados pelo

momento de adversidade, gerando ambiente refratário à consecução das políticas públicas sob responsabilidade da autarquia. Esta situação, que desde de 2008 impactou de forma negativa sobre o espírito dos funcionários, limitando sua já debilitada capacidade coletiva de intervenção e interlocução positiva com a sociedade, foi contornada em função de medidas administrativas e do sucesso em algumas negociações que levaram à obtenção de terras suficientes para o assentamento de cerca de 1.500 famílias nos últimos dois anos, conforme relato a seguir.

Para contextualização da importância destes resultados, que anunciam possível reversão em uma tendência que pode ser considerada histórica, merecem destaque as seguintes situações que dificultaram sobremaneira nossa atuação: **(1)** a prevalência, até então de articulação pela “vistoria zero”, centrada na região de São Gabriel (considerada pelos fazendeiros do município como uma espécie “área livre de assentamentos”). Desencadeada pela Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL- aquela articulação, que mobilizava elementos-chaves da comunicação social e da hierarquia política estabelecida no poder executivo, inviabilizou ou prejudicou vistorias de cumprimento da função social da terra durante praticamente toda uma década; **(2)** a realização de debates públicos ideologicamente carregados e contrários à reforma agrária, como o Fórum da Liberdade com participação de autoridades nacionais e internacionais sobre o tema “Reforma Agrária”, onde foi solicitada a extinção da autarquia; **(3)** toda uma vasta articulação de programas de rádio, tv e matérias da imprensa, tratando o tema de forma parcial, desigual e sem a presença do contraditório, transformando uma grave situação social no campo, que é a existência de dezenas de milhares de famílias sem terras, em casos de polícia, criando um ambiente em que a menção à famílias sem terras passou a ser correspondente à uma expressão negativa, associada a grupos/famílias de marginais e bandidos; **(4)** ações do MPE, criminalizando os agricultores sem terra, dificultando ou mesmo impedindo a desapropriação de algumas áreas; **(5)** ações conduzidas pela Brigada Militar, em operações de guerra contra os agricultores acampados e assentados e suas mobilizações, que culminaram na morte do agricultor Elton Brum, em agosto deste ano; **(6)** fato por demais nocivo e pejorativo ao INCRA foi o afastamento do superintendente regional das suas funções, por dez dias, em maio de 09, por decisão judicial do juiz federal da vara da justiça federal de Canoas. Essa decisão judicial foi embasada numa ação indevida e ideológica do ministério público federal daquele município, que procurou envolver e confundir o INCRA e seu superintendente com ações do MST, valendo-se de testemunhos falsos de assentados e arrendatários que agiam criminosamente dentro do PA Santa Rita de Cássia II, contra os quais o superintendente estava agindo para acabar com o arrendamento. Desconhecendo e desconsiderando essa realidade o MPF acusa o INCRA de formação de quadrilha, de insuflar a violência e de não regularizar o PA, sem nenhuma prova, a não ser falsos testemunhos. Com a decisão judicial de afastamento, houve grave ruptura no processo de administração da casa, cujos reflexos ainda são sentidos, nos fazendo refletir o quanto tais medidas drásticas e inconsequentes podem afetar muitas ações importantes, sem que ninguém seja responsabilizado por isto.

Outra ilustração do impacto resultante das pressões contrárias à ação do INCRA, vinda da parte das entidades ruralistas, envolve compromisso assumido pelo INCRA/RS estipulado em Termo de Ajustamento de Conduta assinado perante o Ministério Público Federal, após intensas negociações tendentes a superar a iminência de conflito social de larga proporção, no município de Coqueiros do Sul (associado à desapropriação de latifúndio, reivindicada pelos sem terra, com apoio do executivo, do legislativo e da comunidade local, bem como de organizações de vereadores e prefeitos de vários municípios do entorno, envolvendo marcha de agricultores sem terra em direção à milícias em contra-marchas, estimuladas pelas forças que se opõem à Reforma Agrária, no RS).

Nesse TAC o INCRA/RS assumiu o compromisso de assentar cerca de 2.000 mil famílias de trabalhadores rurais sem terras até 31 de dezembro de 2008, prazo este posteriormente estendido e substancialmente cumprido já no presente exercício. As dificuldades para sua consecução envolveram desde pressões e ameaças a ofertantes que retiravam as ofertas de terras ao INCRA e desfaziam negócios pré-acordados, até esvaziamento de editais e leilões de compra. Para superação,

o INCRA obteve garantia de recursos junto ao MDA e autorização do MPF para prosseguimento das negociações em sigilo. Com esta medida foram adquiridos cerca de 20 mil hectares, assegurando o assentamento de 1.271 famílias, em áreas novas.

Cabe referir, também, a sobrecarga de trabalho imposta aos funcionários, neste contexto.

Conforme relatado no período anterior, a desigual expansão no número de famílias assentadas, ao longo dos últimos 20 anos face à recuperação de quadros funcionais do INCRA (ocorrida apenas durante o governo Lula) determinou uma relação que passou de aproximadamente 6 famílias/funcionário, em 1990, para 107 famílias/funcionário em 2008. Neste último exercício as circunstâncias pouco se alteraram, com o agravante de que alguns dos funcionários contratados pediram demissão em função de novas e melhores oportunidades salariais. Destacam-se o caso de um engenheiro civil e de uma antropóloga, em virtude da importância do conhecimento especializado por eles detidos, e da impossibilidade de recuperação da perda representada por seus afastamentos.

Apenas como ilustração, considere-se que o assentamento das famílias e a expansão de políticas voltadas à qualificação dos assentamentos antigos, referidas ao longo deste relato, incorporam necessidade de construção/recuperação de milhares de casas, centenas de quilômetros de estrada, agroindústrias e outras obras de engenharia. Ademais, com os novos assentamentos a relação famílias/funcionários passa incorporar as demandas associadas ao público recente, que traz consigo todo um universo de aspectos sociais, organizacionais e de infra-estrutura, que se soma ao passivo, não desprezível, dos assentamentos antigos.

É sabido que, inobstante os importantes investimentos realizados pelo atual governo, a recuperação de quadros e equipamentos ainda não permite um tratamento adequado ao nível de demandas acumuladas. Em decorrência, dada a necessária tramitação burocrática, o número de processos administrativos avolumou-se ao mesmo tempo em que cresciam em complexidade as normas e a especificidade das análises exigidas pela sucessão inédita de auditorias internas e externas, notadamente de parte do TCU e CGU, no período. Neste particular, no chamado controle externo dos órgãos de governo, outro fator que tem multiplicado as tarefas a serem desempenhadas, sem a necessária contrapartida em recursos humanos e materiais, se prende à atuação do Ministério Público, órgão da máxima importância no âmbito da garantia de direitos e controle da eficácia estatal. Apenas entre janeiro e dezembro de 2009 nossa SR/11 elaborou respostas a 120 solicitações do Ministério Público e outros órgãos de controladoria, que envolveram desde prestações de contas até demarcação de terras de comunidades remanescentes de quilombos.

Esses controles externos, frisamos, da maior importância, dobraram em número em relação ao período anterior, e cobram tempo adicional de trabalho, sobrecarregando setores chave, em particular no que tange às direções da casa, à procuradoria jurídica, à análise de convênios e prestações de contas. Estas circunstâncias impactam de duas formas, bastante negativas, sobre o corpo funcional. De um lado, reforçam grupos dedicados à reivindicações salariais e movimentos paredistas e, de outro, permitem o estabelecimento de uma certa “cultura negativista”, atenta a minúcias de escassa relevância no contexto de crise social com que trabalhamos, e receosa quanto ao encaminhamento de urgência para temas onde a urgência é necessária. Percebemos claramente atitudes de servidores que por qualquer situação que suscite dúvidas passam a não agir, por medo de que venham a ser apontados ou multados pelos órgãos de controle. A fiscalização externa é importante, necessária e imprescindível, mas fazemos questão de trazer esta observação. Na dúvida, ou em situações inopinadas, que são comuns em nossa esfera de atuação, em rincões do interior do Estado onde não condições de operar cartões corporativos, por exemplo, normalmente o servidor

não age, visando se resguardar. A recomposição do espírito de equipe e o restabelecimento de novo contrato coletivo de trabalho, com vistas ao atendimento das famílias incorporadas ao programa de reforma agrária, exigiu e vem exigindo enorme esforço dos quadros dirigentes, e só tem se mostrado viável em função da lenta aproximação que está sendo construída com importantes parcerias institucionais.

Estas parcerias, por suas características, embora contribuam de forma limitada para a obtenção de terras e para a redução de estrangulamentos associados ao acúmulo de processos administrativos e auditorias externas, têm se revelado de extrema importância para a recomposição do espírito de equipe nos quadros internos. Da mesma forma têm contribuído de forma decisiva para o reposicionamento da imagem externa da autarquia e para a execução de boa parte das políticas públicas sob responsabilidade do INCRA, notadamente no que respeita ao desenvolvimento e consolidação dos assentamentos já instalados. Entre alguns resultados decorrentes destas parcerias, cabe destacar: **(1)** o maior programa de habitação rural já desenvolvido no Rio Grande do Sul, onde, através de parceria entre INCRA e Caixa Econômica Federal, estão sendo construídas/recuperadas milhares de moradias. Apenas em 2009 foram liberados créditos para aquisição de material destinado à reforma e construção de habitação que beneficiaram 2.201 famílias. O programa se estenderá ao longo dos próximos anos, beneficiando até aproximadamente mais 3 mil famílias; **(2)** a extensão de rede elétrica a todas as famílias assentadas (através do programa LUZ PARA TODOS), permitindo investimentos em redes de agroindústria e na distribuição de resfriadores de leite indispensáveis à consolidação das rotas de coleta do produto e mesmo da pecuária leiteira. Atualmente (e desde 2004) o programa LUZ PARA TODOS tem realizado implantação de energia elétrica em todos os assentamentos, permitindo ao INCRA liberar recursos humanos para outras tarefas. As famílias em processo de assentamento nas áreas obtidas durante as negociações concluídas ao final do último exercício serão beneficiadas tão logo sejam construídas suas moradias ; **(3)** alteração na sistemática de contratação das equipes de assistência técnica, passando da modalidade de convênio para contrato com licitação pública, com garantia de atendimento a todas as famílias assentadas, envolvendo três prestadoras e 18 núcleos territoriais distintos, resultando em segurança quanto à elaboração e acompanhamento dos projetos de aplicação/acesso a créditos oficiais (PRONAF e outras fontes), bem como criação de sistema informatizado para acompanhamento das ações das prestadoras, envolvendo metas definidas em função de Planos de Desenvolvimento pactuados com as famílias e coerentes com o PNRA; os ganhos de sinergia através de convênios com prefeituras, EMBRAPA, Universidades, e outras instituições, com impacto direto e relevante para o sucesso das famílias contempladas pela reforma agrária, no Rio Grande do Sul; **(4)** a instalação/recuperação de poços artesianos vem sendo desenvolvida por parceria entre o INCRA , a FUNASA e a CPRM; **(5)** ações para retomada de lotes com utilização irregular, desbaratamento de quadrilhas envolvidas com venda de lotes, arrendamentos para cultivos de arroz, em operações associadas à Polícia Federal; **(6)** constituição e titulação dos dois primeiros territórios quilombolas em área urbana, no Brasil.

No que diz respeito ao gerenciamento da rede fundiária e à identificação/regularização de territórios quilombolas, foram realizadas ações e investimentos em equipamentos, com aquisição de computadores e veículos, entre outros, bem como com programas de capacitação de quadros e convênios que permitem expectativas satisfatórias no curto prazo (estas informações são detalhadas no segmento específico que trata deste tema).

Ainda assim, em que pese estas medidas se mostrem estimulantes, a Superintendência e seus funcionários estão conscientes de que este quadro tende a apresentar inflexão a partir do momento em que as políticas de regularização se defrontarem com fatores de resistência articulada, como aqueles que se opõem à ação das equipes responsáveis pela obtenção de terras.

Portanto, e resumidamente, cabe informar que as limitações à consecução das políticas públicas sob responsabilidade do INCRA concentraram-se em reações de parte da classe ruralista, articulada com formadores de opinião estabelecidos junto à grande mídia, em circunstância agravada por limitações no quadro de pessoal da SR-11, pela sobrecarga de demandas que, embora alheias às rotinas internas, se revelam prioritárias em função da origem (auditorias da CGU e TCU, respostas a demandas do Ministério Público), bem como pela manutenção de normas e índices desatualizados, que na prática limitam o atendimento de uma demanda por terras que cresce com o número de famílias acampadas e com a pressão/tensão social no entorno dos acampamentos.

De outro lado, cabe mencionar que no atual exercício estas limitações foram contornadas pelo uso da lei 4132, que prevê a desapropriação por interesse social genérico. Iniciado em 2008, de forma inédita em âmbito nacional, o uso desta lei permitiu o atendimento do TAC e o cumprimento das metas estabelecidas para ambos os períodos. Ainda assim, esta SR-11 considera a dificuldade de manutenção desta estratégia, para 2010, como indicativo de que deva ser esperado, em curto prazo, recrudescimento das articulações contrárias à reforma agrária, no RS, com agudização das limitações anteriormente citadas.

Considerados objetivamente, os principais programas com interface externa, sobre os quais aquelas limitações incidem de forma mais dramática, são: Programa 0135- Assentamentos para Trabalhadores Rurais; Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento; Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas; Programa 1336 – Brasil Quilombola; Programa 1350 – Educação do Campo (PRONERA) e Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar. Cada um destes programas se desenvolve a partir de ações específicas, apresentadas de forma mais detalhada no capítulo 2, item 2.3, deste documento. Cabe, neste ponto, relatar que:

O clima institucional definido anteriormente em função do Programa 0135 - Assentamentos para Trabalhadores Rurais se reflete sobre todos os demais Programas e, embora não atue no sentido de impedir sua execução aos mesmos níveis que impacta sobre a constituição de novos assentamentos sustentáveis para trabalhadores rurais, dificulta a construção de uma cultura interna corporativa compatível com a missão Institucional do INCRA.

Mesmo assim, dados de 31 de dezembro de 2009 mostram que no exercício foi possível obter 4.924 hectares, em 4 estabelecimentos, assegurando a possibilidade de assentar 260 famílias.

Alguns programas, como o 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, o 137 – Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento e o 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar estão essencialmente sob controle da autarquia, embora dependam de convênios, contratos e parcerias para sua consecução e evolução. Estes enfrentam, eventualmente, limitações decorrentes de posturas institucionais que revelam escassa compreensão do Judiciário Gaúcho quanto à realidade específica do público da reforma agrária, bem como da sobrecarga enfrentada pela procuradoria jurídica do INCRA. Entretanto, estas limitações não têm inviabilizado avanços, notadamente em função de modernizações incorporadas ao processo gerencial ao longo deste período, a exemplo da divisão do território gaúcho em 18 áreas/núcleos e da realização de licitações públicas para contratação das prestadores do serviço de ATEs voltados às particularidades de cada um daqueles ambientes, e articuladas por uma visão geral de desenvolvimento de linhas produtivas compatíveis com a agricultura familiar, a exemplo do leite, do arroz em algumas áreas de várzea, da fruticultura, entre outros. Estes e outros aspectos podem ser observados a seguir, no corpo do presente documento.

Quanto ao 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, merece ênfase, por seu aspecto positivo, a alteração nos procedimentos referentes aos serviços de assistência técnica. Por orientação nacional, a tradicional prática de convênios com entidades que realizam serviços de assistência técnica foi substituída por licitações de blocos de assentamentos. Definidos 18 blocos, a concorrência estabelecida redundou em que 9 destes ficassem a cargo dos serviços públicos estaduais (EMATER-RS), sendo os restantes vencidos por OGNs (8 deles pela COPTEC, um deles pelo CETAP). Como consequência os serviços de ATES passam a ser desenvolvidos em clima de concorrência pela excelência de resultados, envolvendo produtos e metas definidos em função de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) que orientam a aplicação de créditos e que são monitorados por articuladores externos, vinculados à Universidade Federal de Santa Maria – que participa como interveniente conveniado.

Adicionalmente, foi estabelecido sistema informatizado para acompanhamento dos serviços de ATEs, que passaram a ser extensivos a todas as famílias assentadas no RS (envolvendo inclusive Assentamentos do Estado, com os quais o INCRA não possui responsabilidade administrativa).

De outro lado, também cabe considerar o estabelecimento de parcerias com entidades que prestam serviços no campo da educação popular, no Programa 1350 – Educação no Campo - PRONERA. A meta prevista de 338 educandos para os diversos cursos foi alcançada e superada. Entretanto o curso de Medicina Veterinária previsto em parceria com a UFPEL (vestibular realizado em abril de 2007) continua suspenso por decisão do Tribunal Regional Federal. Em consequência, a matrícula dos alunos selecionados permanece em litígio, aguardando decisão de recurso, por parte da procuradoria regional do INCRA, junto a esse Tribunal.

No caso do Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas importa mencionar, especialmente, Termos de Cooperação estabelecidos em 2009, com 253 Prefeituras, que trouxeram agilidade de procedimentos e expansão/territorialização da rede de cadastro rural. Em consequência, a meta prevista de 7.265 imóveis gerenciados foi largamente superada (meta realizada, 37.257 imóveis gerenciados).

O Programa 1336 - Brasil Quilombola, embora ainda em fase de consolidação, destaca-se pelo grau de envolvimento das comunidades e qualidade de parcerias que estão sendo consolidadas, especialmente para as investigações a campo, bem como o grau de conhecimento e especialização sobre o tema, que foi alcançado pela equipe de servidores responsáveis pelo seu desenvolvimento. Parcerias com importantes universidades federais (UFRGS, UFSM, UFSC), entidades representativas, Movimento Negro e órgãos públicos federais e estaduais envolvidos com o tema permitem ampliar a capacidade operacional da Superintendência.

Como principais resultados alcançados no período destaca-se a titulação dos quilombos urbanos Família Silva (Porto Alegre) e Chácara das Rosas (Canoas), cuja relevância cresce na medida que se tratam dos primeiros casos desta natureza, em Âmbito Nacional. Como aspecto negativo deve ser relatado pedido de demissão de antropóloga recentemente contratada, cuja atuação se mostrou relevante para o sucesso deste programa.

Como evidência de que, em que pese o contexto desfavorável, o INCRA obteve resultados de extrema relevância para o desenvolvimento das políticas públicas sob sua responsabilidade, apresentamos a seguir, de forma bastante resumida, algumas das principais realizações obtidas neste período. Expressão mais consistente e detalhada dos resultados alcançados no mesmo período, em cada um destes programas é apresentada mais adiante, no capítulo 2

Programa 0135 – Assentamentos de Trabalhadores Rurais - Em que pese as resistências apontadas, foram avaliados e vistoriados 6.447 hectares, 63% da meta prevista que era de 10.200 hectares. Foram obtidos 4.885 hectares. Assentamos no ano 615 novas famílias em terras obtidas neste ano e em retomadas de lotes (57% da meta original de 1.070 famílias).

Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária – Considerando os valores de créditos merecem destaque: Na modalidade recuperação de moradias foram beneficiadas 1853 famílias. Na modalidade aquisição de material para construção foram beneficiadas 348 famílias. Na modalidade de apoio inicial foram contempladas 964 famílias. Na modalidade fomento foram contempladas 128 famílias.

Considerando implantação e/ou recuperação de estradas foram beneficiadas, 3.321 famílias, construção de poços artesianos 278 famílias e construção de pontes 372 famílias beneficiadas.

Na agroindustrialização foram assinados 6 novos convênios plurianuais, 2009-2011, que preveem a construção de estruturas para processamento de carnes e embutidos, padaria, processamento de frutas, hortaliças e produção de arroz orgânico.

Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas - Atualização de cadastro para aproximadamente 37.257 imóveis rurais, ampliando os registros cadastrais do SNCR que agora cobre 89% da área agricultável do Estado, totalizando 23.953.384,4 hectares cadastrados, sendo esta uma das maiores médias de todas as SR do INCRA no país. Cabe destacar que existem 668.652 imóveis no RS, dos quais apenas 11.790 são maiores do que o limite mínimo para georeferenciamento, ou seja, possuem mais do que 500 ha. Estes imóveis devem custear o serviço de seu georeferenciamento. Já por conta do INCRA, devem ser georeferenciados todos os imóveis com área inferior a 4 módulos, que são 622.520. Percebe-se a dimensão do problema a ser enfrentado nos próximos períodos. Em nossa avaliação essa legislação que determina ao INCRA realizar o georeferenciamento dessas áreas, deveria ser alterada, pois é óbvio que não temos nem teremos condições de fazer isto em mais de 600 mil imóveis. A estrutura necessária para tal seria muito maior que o próprio INCRA. Finalmente, cabe mencionar que os registros georeferenciados, de atividade recente, hoje alcançam 407.950 ha, correspondendo a 1,7% do total cadastrado. Em que pese a exigüidade de recursos e a sobrecarga de trabalhos, as metas de georeferenciamento (1.635 ha) foram superadas em 235%. Isto decorre de mapeamento das fazendas Santa Mercedes e Santo Izidro (em Alegrete), da Granja Santa Rosa (em Santa Margarida do Sul), Fazenda Jaguari Grande (em São Francisco de Assis), Fazenda Velha (em S.F. de Palma) e Barra do Rio Azul, perfazendo um total de 5.485 ha.

Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário - Capacitação a 113 servidores, superando em 113,% os resultados previstos, e mais do que dobrando o alcançado no ano anterior, quando foram capacitados 53 servidores. O sucesso deste programa deve ser atribuído à estruturação de atividades que levaram à identificação de necessidades/prioridades entre o corpo funcional, desdobrando-se na busca de opções de baixo custo (envolvendo inclusive formadores identificados no próprio quadro). Ainda assim, a meta financeira (bastante subestimada) envolveu empenho de R\$ 40.237, dos quais foram liquidados 96%, com investimentos efetivos da ordem de R\$ 38.666.

Programa 0750 – Apoio Administrativo – O programa visa apoiar as ações finalísticas de Reforma Agrária, fornecendo os recursos materiais e humanos necessários para sua execução, além de atuar com relevância na manutenção de contratos de mão-de-obra e de prestação de serviços. Neste período destacam-se o apoio a retomada de lotes, a instalação de um escritório regional para apoio aos novos assentamentos na região de São Gabriel e os investimentos na aquisição de

equipamentos (móveis e veículos entre outros). Em consequência dos avanços nos programas 135 e 137, em 2009 este programa (0750) exigiu readequação das metas originalmente projetadas, passando de R\$ 867.618,00 para R\$ 1.997.444,79. Dos recursos recebidos pelo Programa, 99,9% foram empenhados sendo que 78,6% destes empenhos foram liquidados ainda em 2009 e, 21,4% foram inscritos em restos a pagar. Esta inscrição destes valores em restos a pagar está associada, principalmente a suplementação orçamentária recebida nos últimos dias de dezembro de 2009 e, a maior parte deste valor se refere a compra de novos veículos para a renovação da frota da Superintendência.

Programa 1120 – PAZ no CAMPO – Tratando-se, essencialmente, de atender as famílias acampadas à espera de terra para constituição de assentamentos. Este programa, paradoxalmente, não costuma apresentar redução de demanda à medida que famílias são transferidas dos acampamentos para assentamentos. Ao contrário. Isto se explica em função da exclusão social decorrente de um modelo de desenvolvimento que faz com que o sucesso do programa de obtenção torne os acampamentos atrativos aos pobres, e amplie o afluxo de famílias, para a fila de espera. Dado o enorme contingente de agricultores sem terra, ou com terra insuficiente para seu sustento, ao longo deste exercício o número de famílias acampadas oscilou em torno de 1.000. O esforço realizado na área de obtenção não resultou em retração proporcional do passivo. No momento, cerca de 1.000 famílias encontram-se acampadas a espera de terra. Como mencionado anteriormente, estima-se que no RS existam centenas de milhares de famílias sem terra, aguardando oportunidade de assentamento. Nestas circunstâncias, ações bem sucedidas, por parte do INCRA, acabam por fortalecer o fluxo daqueles candidatos potenciais à reforma agrária, no sentido dos acampamentos, mantendo a demanda em termos de cestas básicas e outros serviços ali prestados. No atendimento das famílias acampadas em 2009 foram gastos R\$ 87.941,58 (empenho liquidado), cerca de 87% do valor emitido (R\$97.805,18), que correspondeu a 97% do valor recebido (Provisão de R\$100.340,15). Merece destaque o fato de que a PO2009 projetava um valor de R\$ 3.760,00 e que em 2008 esta SR aplicou, nesta mesma rubrica, R\$ 380.124,00 para uma previsão inicial, naquele período, de R\$ 64.703 mil.

Programa 1336 – Brasil Quilombola – As ações de regularização de terras das comunidades quilombolas envolvem complexidades e exigem expertise ainda um pouco alheias à cultura da Autarquia. Para enfrentar os desafios inerentes ao tema, foram contratadas duas antropólogas. Uma delas realizou novo concurso e transferiu-se para uma universidade federal, reduzindo a capacidade de trabalho desta autarquia que, ainda assim, obteve importante êxito na titulação de dois quilombos urbanos (Família Silva e Chácara das Rosas). Em função dessa situação de falta de antropólogos e dos impedimentos para conveniar com universidades públicas para a realização de estudos, praticamente esta ação esteve parada em 2009, a par de uma grande pressão especialmente das comunidades e do Ministério Público para que fossem feitos novos estudos. Contudo, entendemos que dada nossa estrutura logística e de pessoal, já alcançamos um estágio em que novos processos sendo abertos comprometem a qualidade necessária para o bom deslinde dessas intrincadas situações. Foram realizados no período o relatório técnico de identificação e delimitação (RTID) dos territórios quilombolas de Arvinha e Manoel Barbosa. Finalmente, cabe relatar a importante conquista do INCRA e dessas comunidades que foi a edição de decretos desapropriatórios, em 20 de novembro, das comunidades quilombolas de Casca (Mostardas), São Miguel e Rincão dos Martinianos (Restinga Seca).

Programa 1350 – Educação no Campo – PRONERA – trata de processos de formação/capacitação para jovens e adultos em áreas de reforma agrária. Em prosseguimento a convênios em andamento, que beneficiaram 338 educandos, foram investidos R\$ 1.111.980 ao longo de 2009 (100% da

provisão recebida, que superou largamente a previsão da PO, definida em R\$ 424.980,00). Estes cursos correspondem a atividades já tradicionais, tanto no caso do Curso de Pedagogia da Terra, e outros convênios. Cabe destacar ainda que alguns convênios não tiveram prosseguimento por problemas operacionais e de decisão judicial que está sendo contestada, que suspendeu o curso de veterinária, com a UFPEL, em que pese o vestibular e etapa I de nivelamento e vivência tenham sido realizados ainda em 2007-2008.

Programa 1427 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Neste ano universalizamos o atendimento das famílias com ATES. Em 2008 estabelecemos procedimentos de avaliação dos trabalhos de assistência desenvolvidos pelas prestadoras, através de mecanismos diretos (manifestação das famílias assentadas e suas organizações) e indiretos (instâncias colegiadas, coordenações regionais, seminários e parcerias institucionais com Universidades e EMBRAPA), bem como constituição de sistema informatizado para acompanhamento do alcance parcial de metas, e a constituição de equipes de articulação entre os técnicos de ATES e as famílias organizadas em cada região, por meio de convênio com a Universidade Federal de Santa Maria, bem como contratação de prestadoras de serviços de assistência técnica, por contrato, em licitação pública. Estamos concluindo licitação para contratação de prestadora para atuar no novo núcleo operacional de São Gabriel, o que tem 800 novas famílias assentadas.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A superação da tensão social no campo gaúcho exige medidas centradas no atendimento e esvaziamento dos acampamentos. As famílias que ali permanecem dependem de medidas relacionadas ao Programa 1120 - PAZ NO CAMPO (notadamente atendimento envolvendo cestas básicas, lonas para barracas e atendimento jurídico). O esvaziamento dos acampamentos depende do sucesso de políticas econômicas que gerem fluxo de atração para atividades econômicas assim dinamizadas, bem como do Programa 0135 – Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais (notadamente obtenção de terras e implantação de assentamentos).

No RS percebe-se que, em função da crise econômica global, do fracasso da aposta do governo do Estado nas papeleiras e dos reflexos das crises climáticas, a tensão social nos acampamentos tende a crescer. De outro lado, sua amenização depende basicamente das ações do INCRA.

Conforme relatado, felizmente neste período tais ações evoluíram de forma satisfatória, tendo em vista as limitações referidas no início deste documento, e detalhadamente apresentadas no exercício anterior.

De forma correlata, considerando atividades de apoio ao desenvolvimento das famílias já assentadas, que dependem de medidas relacionadas ao Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária (com ênfase para atividades relacionadas à implantação/recuperação de infraestrutura), ao Programa 1350 – Pronera (apoio a processos de formação e capacitação de jovens e adultos), e ao Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura (estabelecimento, orientação, apoio e acompanhamento de programas de desenvolvimento das famílias assentadas, no campo tecnológico, social e ambiental), é possível

afirmar que os avanços deste exercício são muito expressivos, colocando o Estado diante de um novo capítulo na história agrária. Notadamente na região de São Gabriel, onde constitui-se verdadeira Área Reformada, que permitirá demonstrar a importância desta política para os processos de desenvolvimento territorial.

Adicionalmente, a autarquia responde, através do programa 138, pela Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária (ênfase para o sistema de cadastro rural, envolvendo sua manutenção, atualização e georreferenciamento, entre outros), e mais recentemente, através do Programa 1336 – Brasil Quilombola, pela identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das áreas remanescentes de quilombos, bem como pela negociação, desocupação e indenização das famílias ocupantes das terras demarcadas, atividades estas que demandam conhecimentos escassos na autarquia, apresentando enorme complexidade e alto potencial de conflito.

Todas estas demandas são suportadas pelo Programa 0750 – Apoio Administrativo, Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário, que responde pelo suporte às ações finalísticas.

Para enfrentamento das dificuldades mencionadas no Capítulo anterior, foram estabelecidos procedimentos voltados à recomposição do espírito de equipe e da auto-estima do quadro funcional, à constituição de parcerias que permitam ampliar a eficácia e a abrangência das ações, à construção de uma imagem positiva junto à sociedade - das políticas públicas conduzidas pela autarquia e da própria autarquia, bem como à ampliação da eficiência com que o INCRA vem atendendo seus compromissos institucionais.

Para maior facilidade de exposição, apresentaremos estes procedimentos, de forma resumida, como voltados ao público interno e ao público externo, embora na prática esta distinção careça de sentido lógico, posto que se tratam de medidas interligadas que não admitem separação.

I – Quanto ao público interno

Foram mantidas as políticas internas voltadas à descentralização e partilhamento de processos decisórios relatadas no exercício anterior, através do estabelecimento de instâncias de gerenciamento coletivo, fortalecendo chefias intermediárias, através de delegação de responsabilidades e autonomia. Ao mesmo tempo, foram consolidadas instâncias de decisão e avaliação intermediária (de caráter coletivo, criadas em exercícios anteriores), envolvendo reuniões semanais de planejamento e avaliação, em todos os setores e, destes, com o Superintendente. Também foi reforçada a prática de reuniões mensais, envolvendo o Superintendente e todos os funcionários. Nas reuniões semanais as chefias intermediárias transmitem a (e coletam de) todos os funcionários as decisões (e percepções) emanadas do colegiado diretivo (do qual participam representantes das instâncias intermediárias), sobre todas as pautas, demandas e atividades desenvolvidas/a ou a desenvolver pela Autarquia. Com isso, ampliou-se a participação, a compreensão e o compromisso dos funcionários, para com as políticas desenvolvidas pela SR/11.

A transparência decorrente destas iniciativas é reforçada pela reunião plenária mensal, onde cada funcionário pode expressar, diretamente às chefias e na presença de todos, sua percepção a respeito de qualquer tema. Ademais, como elemento de suporte, o gabinete mantém - por determinação da direção da casa - as portas abertas a qualquer tema, em qualquer tempo. Como subproduto desta

política, embora as decisões tenham passado a se dar de maneira mais lenta, levam a resultados mais conseqüentes e, definitivamente, são partilhadas pelo conjunto dos funcionários, recuperando, em parte, a cultura de isolamento que até então predominava, e que costuma ser característica típica dos serviços públicos em ambientes centralizados autoritários.

Também foi mantida a prática de seminários internos, onde as ações do ano anterior são avaliadas e as ações do ano seguinte são projetadas. Trata-se de atividade apoiada por equipe de profissionais do campo da psicologia social, focada na ampliação de processos de reciprocidade positiva, coesão de propósitos e compromissos coletivos para com as políticas públicas sob responsabilidade da autarquia. A avaliação dos seminários, a demanda por sua incorporação às rotinas de trabalho da casa e seu impacto sobre o relacionamento dos vários grupos evidenciam o acerto desta iniciativa.

Adicionalmente, o território estadual passou a ser considerado como uma composição de territórios menores, singulares em função de suas características específicas (notadamente atividades produtivas dominantes, formas de organização social e parcerias institucionais), sobre os quais a ação do INCRA deve exercer efeito emulador sobre processos de desenvolvimento local. Para tanto, supervisores de campo foram designados como representantes da autarquia, e sua autonomia decisória foi ampliada relativamente às ocorrências havidas naqueles ambientes específicos, agora sob sua responsabilidade. Nestes ambientes, os funcionários designados devem acompanhar os convênios, estimular e construir parcerias, dar encaminhamento a demandas e, na medida do possível, solucionar conflitos locais. Esta medida ampliou a auto-estima e a segurança dos funcionários, reduzindo custos administrativos, agilizando respostas institucionais e eliminando processos internos morosos, com impacto positivo sobre o público da reforma agrária e os parceiros locais.

Da mesma forma, o território foi fracionado para contratação de serviços de ATES e estabelecimento de coerência entre os planos de desenvolvimento de assentamento (PDAs), os créditos aplicados e as peculiaridades de cada ambiente.

Da mesma forma, foram contratadas prestadoras de ATES com compromisso de ação territorializada, estabelecendo sistema de concorrência pela excelência de resultados, nos 18 núcleos. Como exemplo, vale mencionar as instâncias regionais em constituição pela coordenação estadual de ATES (com participação de agentes regionais da EMATER, CÓPTEC, EMBRAPA, Universidades, Organizações dos Trabalhadores assentados e parcerias locais) e a regionalização das ações de formação desenvolvidas pelo convênio INCRA-FAPEG-EMBRAPA.

Para superação de dificuldades relacionadas à tramitação de processos e convênios, dependentes de sistemática de avaliações internas concentradas em poucas pessoas, e sempre sob premência de tempos esgotados, foi constituído em exercício anterior, e reforçado em 2009, um Setor de Convênios que estabelece procedimentos de rotina sistemática em substituição à relativa aleatoriedade imposta pela postura reativa até então vigente. O acerto e importância dessa decisão se mostra no grande número de convênios e contratos que foram finalizados no exercício, possibilitando a utilização de banco de projetos que na prática deslocou para o RS sobras de recursos previstos para outras regiões do país. Entretanto, permanecem pendências em conseqüência da falta de pessoal com habilitação na área contábil.

Finalmente, para fazer frente à necessidade de programação e previsão antecipada, bem como para construção de argumentos coletivos que permitam ao INCRA uma postura mais proativa e menos reativa às pressões externas, constituiu-se um setor de planejamento estratégico de apoio às decisões gerenciais tomadas pela Autarquia, no RS. Dentre as atividades conduzidas pelo setor, a par do

processo de estruturação das atividades e do acompanhamento das ações institucionais, cabe relatar o atendimento de processos instaurados por iniciativas da CGU e TCU, a preparação de relatórios institucionais, o acompanhamento das ações do INCRA no programa territórios da cidadania, a preparação de processos de capacitação de funcionários, a organização de seminários e o estabelecimento de procedimentos iniciais para a criação de indicadores de desempenho, entre outros.

Ainda assim, em que pese sua importância para a constituição de um coletivo de trabalho mais consciente de suas atribuições, mais coeso em suas práticas e mais eficiente em suas ações, estas medidas ainda não permitem superar a deficiência estrutural vivenciada pela SR-11, no que respeita às limitações de pessoal. Neste sentido, dificuldades apontadas em auditorias externas e até mesmo agravadas pelas demandas geradas em função daquelas auditorias, tendem a se manter.

II – Quanto ao Público Externo

Foram estabelecidas políticas de comunicação social objetivando informar e esclarecer num primeiro momento aquela parcela da sociedade mais estreitamente relacionada à Autarquia e, de uma forma indireta, gradativa e mais abrangente, públicos mais amplos. Estas políticas incluem:

- a publicação de jornal bimensal com tiragem de 12 mil exemplares, voltado aos agentes de desenvolvimento local e regional, parcerias institucionais, prefeituras, secretarias de Estado, cooperativas, lideranças políticas estaduais, regionais e locais, bem como organizações representativas do público assentado e dos agricultores familiares estabelecidos no entorno dos projetos de assentamento. O Jornal Notícias da Terra discute a questão agrária, seus problemas, as políticas públicas para o setor, os projetos em andamento e seus resultados;
- a produção de releases e a alimentação de rádios e jornais locais e regionais, relativamente às ações desenvolvidas pela autarquia;
- a participação do Superintendente em programas da mídia escrita, falada e televisionada, sempre que demandado e sempre que a mesma atende a instigações promovidas pela autarquia;
- a constituição de instâncias de discussão sobre o papel da reforma agrária como instrumento de apoio ao desenvolvimento, envolvendo parcerias institucionais;
- a realização de seminários temáticos com enfoque técnico e proposição de divulgação massiva dos conteúdos ali trabalhados. Como este último ponto merece tratamento um pouco mais extenso, cabe relatar que se trata de seminários temáticos abertos à imprensa e ao público, com convites direcionados à comunidade envolvida com cada assunto, abordando temas relevantes para a execução de políticas públicas sob responsabilidade do INCRA, visando construir parcerias programáticas e definir estratégias de intervenção articulada conseqüentes com os temas em pauta. Como exemplos, vale citar: a realização de seminários sobre temas específicos, como a utilização de áreas de arroz, a política de produção leiteira, a retomada de lotes, a política de seleção de famílias, a política de desenvolvimento e agroindustrialização, oficinas sobre questões ambientais.

Evidentemente todas estas iniciativas estão sendo divulgadas nos meios de comunicação de massa, cumprindo finalidade adicional relativa à reconstrução de uma imagem positiva, para a Autarquia.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Norbert Eduard Hesseln

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹

¹ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família assentada (un)	1.300	635	0	48,85

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
52.000,00	51.536,14	51.536,14	100	28.713,19	55,71	28.713,19	55,71

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

Visando identificar, através da coleta de informações, aquelas famílias que se encontram em precárias condições de habitação ou moradia, saúde, insuficiência de renda, falta de acesso à educação, a Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul realiza, anualmente, um recadastramento em todos os acampamentos de trabalhadores rurais identificados no Estado.

O alcance de apenas 48% da meta no física, em termos de famílias homologadas, se explica por dificuldade de aquisição de terras, retrocesso em negócios previamente acordados e reavaliação da capacidade de assentamento de algumas das áreas em vista, quando do estabelecimento da PO, relativamente à realidade identificada após sua aquisição. Ademais, algumas áreas cujo processo de aquisição se iniciou no período anterior, ainda não pertencem ao INCRA, motivo pelo qual a seleção de permissionários permanece em suspenso. O escore de alcance no financeiro, para este item, responde aos mesmos argumentos.

O recadastramento, realizado no ano de 2009, contabilizou 1.050 cadastros (famílias novas e recadastradas), conforme Tabela 1.

TABELA 1

CÓD. SIPRA	ACAMPAMENTO ORIGINÁRIO	MUNICÍPIO	CADASTROS REALIZADOS		
			RECADASTRADOS 2008	CADASTRADOS 2009	TOTAL
RS7777795	1º DE ABRIL - RS7777795 JAIR ANTONIO DA COSTA - RS7777794 UNIÃO PELA TERRA - RS7777808	Eldorado do Sul	107	93	200
RS7777816	RESISTÊNCIA CAMPONESA - RS7777816	Viamão	17	23	40
RS7777796	OZIEL ALVES I - RS7777796 SEPÉ TIARAJÚ - RS7777797 GRAMADO DOS LOUREIROS - RS7777798	Sarandi	108	41	149
RS7777810	INTEGRAÇÃO CAMPONESA - RS7777810 OZIEL ALVES II - RS7777799	Canguçu	48	39	87
RS7777811	IRMÃ DOROTHY - RS7777811 NOEL GUARANI - RS7777805	São Luiz Gonzaga	61	68	129
RS7777819	8 DE MARÇO - RS7777814 HERANÇAS DE ADÃO PRETO - RS7777819	Júlio de Castilhos	63	124	187

RS7777815	FILHOS DE SEPÉ - RS7777815 CONQUISTA DA FRONTEIRA - RS7777809 FIDEL CASTRO - RS7777800	São Gabriel	NÃO REALIZADO	NÃO REALIZADO	NÃO REALIZA DO
RS7777820	ADÃO PRETTO	Alegrete	3	77	80
RS7777818	ABRINDO FRONTEIRAS	Jaguarão	0	90	90
RS7777803	DOS PINHEIRINHOS	Boa Vista do Incra	7	1	8
RS7777807	NOSSA SENHORA DE LOURDES	São Luiz Gonzaga	14	7	21
RS7777812	TUPAN 3 - NOVA UNIÃO	Tupanciretã	20	5	25
RS7777813	TUPAN 3E	Tupanciretã	22	0	22
RS7777817	MOVIMENTO TERRA, EDUCAÇÃO E MORADIA	Cruz Alta	12	0	12
T O T A I S			482	568	1.050

Cabe ressaltar que em decorrência do clima de belicosidade decorrente da morte de acampado em ação policial da Brigada, alimentado por dificuldades de relacionamento entre os acampados e habitantes da região, situação estimulada por alguns formadores de opinião com espaço na mídia regional não foi possível a realização do recadastro no acampamento localizado no município de São Gabriel em que pese uma equipe de cadastro do Incra ter estado no município por duas vezes para tal atividade. O público estimado para cadastro no referido acampamento era de 150 famílias.

No tocante a seleção de famílias foram homologados, no ano de 2009, 635 novos beneficiários conforme situações descritas na Tabela 2.

TABELA 2

SITUAÇÃO	NOME DO PA	Nº DE FAMÍLIAS HOMOLOGADAS	TOTAL
PA Criado 2006	Ibicuí	9	372
PA Criado 2007	Apolônio de Carvalho	12	
PA Criado 2008	União pela Terra	11	
	Novo Rumo	6	
	Novo Horizonte II	21	
	Novo Alegrete	19	
	Itaguaçu	43	

	Conquista do Caiboaté	56	
PA Criado 2009	Jaguari Grande	26	
	Santa Rita IV	89	
	Santa Mercedes/Gleba B	8	
	Santo Izidro III	31	
	Zambeze	41	
PA Reconhecido 2009	PRB 25 de Julho	41	41
Lotes retomados ou Vagos		222	222

Relativamente à execução física, a meta realizada foi de 48 % da estabelecida. Este percentual deveu-se especialmente a não aquisição de duas áreas pretendidas, Fazendas Santa Marta e São Marcos, ambas localizadas no município de São Gabriel, que juntas tinham capacidade de assentamento estimada para mais 300 famílias, entre outros argumentos apresentados no início deste item.

Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Área Vistoriada (há)	10.200,0000	6.447,0000	0	63,20

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
153.000,00	157.340,37	157.340,37	100	142.751,09	90,73	142.751,09	90,73

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

Na ação: Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis (Ação 8387) , no primeiro semestre de 2009 foram vistoriadas áreas para fins de obtenção pela Lei Nº4.132 de 10 de setembro de 1962, esta circunstancia mantinha a lógica estabelecida para aquisição de terras em 2008, na região de São Gabriel. Tratava-se de condição excepcional, dadas as características peculiares da Lei 4132 (conforme referido no início deste documento), que por decisão da direção do INCRA/RS, encerrou-se neste período. Assim, como dentro do momento de excepcionalidade, a Divisão de

Obtenção de Terras havia avaliado e pré-negociado 3 imóveis (, dois em São Gabriel e um imóvel em Garruchos) de interesse para reforma agrária, gerou-se impasse relevante para a consecução das metas. Diante da impossibilidade de desapropriar utilizando a Lei Nº4.132 de 10 de setembro de 1962, que implica no pagamento da terra e benfeitorias em dinheiro, passou-se a tentar persuadir os proprietários a que vendessem as áreas com base na normativa do Decreto Nº433 de 24 de janeiro de 1992, que prevê o pagamento das benfeitorias em dinheiro e as terras em TDA's (Títulos da Dívida Agrária). Até o momento os resultados não são positivos, permanecendo aquelas áreas como imóveis que podem ser desapropriados, dependendo dos instrumentos utilizados e do interesse dos proprietários em negociar, considerando as particularidades estabelecidas pela normativa em vigor.

Ainda na ação: Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis (Ação 8387) a Divisão de Obtenção de Terras, em concordância com orientação da direção do INCRA/RS, no segundo semestre de 2009, priorizou a idéia de constituir na região da campanha central (São Gabriel, Rosário do Sul e Santana do Livramento e Santa Margarida do Sul), um **pólo reformado**. A decisão da direção do INCRA/RS foi a desapropriação utilizando a Lei Nº8.629 de 25 de fevereiro de 1993, ou seja desapropriar pelo não cumprimento da função social da propriedade. Entre os municípios que compõe esta região, foi escolhido aquele que não havia decretado estado de calamidade pública, pela defesa civil do estado. Segundo o § 7º do Art. 6º da Lei 8.629, de 25/02/1992 o imóvel não perderá a qualificação de propriedade produtiva por razões de força maior e caso fortuito. Dentro deste parágrafo está a situação de declaração, pela defesa civil do estado, de decreto de calamidade pública. No ano de 2009, em função de estiagem todos os municípios desta região decretaram estado de calamidade pública, com exceção de Rosário do Sul. Em vista disso, neste município se concentrou a ação de vistoria, sendo encontradas apenas propriedades produtivas e ou propriedades que, pelas suas características pedológicas, não interessaram, a esta autarquia, para fins de Reforma Agrária. Todas as áreas vistoriadas não resultaram em desapropriações em função dos índices de produtividade constantes na IN Nº11, que estabelece procedimentos para o cálculo dos (GUT) Graus de Utilização das Terras e (GEE), tendo sido estabelecidos na década de 70, se mostrarem defasados e inadequados para avaliação da realidade observada nesta década, seja em função da economia de mercado, seja considerando o avanço da Ciência Agrônoma.

2.3.1.2 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Licença ambiental protocolada (um)	11	61	0	554,55

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
138.052,00	231.874,12	231.874,12	100	207.679,29	89,56	207.679,29	89,56

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

As atividades previstas por esta ação foram iniciadas em 2005, antes mesmo de estar incluída no Programa 0135 do Orçamento Geral da União, através do Convênio INCRA/FAURGS/UFRGS RS 2670/2004, o qual tinha como objeto o apoio técnico e a mútua troca de experiências com os servidores do INCRA/RS visando a elaboração dos relatórios ambientais para 154 (cento e cinquenta e quatro) assentamentos criados até a assinatura do TAC supracitado, sendo este número de assentamentos, a posição do SIPRA em dezembro de 2004, conforme recomendava cláusula específica do TAC quando da assinatura do convênio. A partir do PPA 2008-2011, com a inclusão desta ação, o convênio em tela passou a ser custeado pela mesma.

Durante o ano de 2008, em função do Acórdão TCU-2633/2007, foi assinado um novo convênio com a mesma entidade, baseado no sucesso e na ampla aceitação, por parte do órgão ambiental estadual responsável pelo licenciamento ambiental (FEPAM-RS), do trabalho desenvolvido pela equipe INCRA/UFRGS, tendo como novo objeto a elaboração dos relatórios ambientais para os assentamentos criados entre dezembro de 2004 e dezembro de 2007, visando o desenvolvimento e a aplicação de um termo de referência mais específico, tendo como objetivo a obtenção de licença de instalação e operação (LIO) de mais 20 (vinte) assentamentos rurais criados durante o referido período, incorporando a esta ação mais 930 (novecentos e trinta) famílias de agricultores assentados.

Durante 2009, houve a finalização do primeiro convênio, com a entrega de todos os produtos, incorporando-se ao banco de dados ambientais mais 46 (quarenta e seis) relatórios ambientais. O segundo convênio continua em vigor e, durante o exercício de 2009, foram entregues mais 14 (quatorze) relatórios. Como entre o recebimento do relatório e o protocolo do mesmo no órgão ambiental temos um período de análise e edição por parte do responsável técnico ambiental (perito federal agrário responsável pelo licenciamento ambiental), o resultado final do exercício de 2009 foi o protocolo de 61 (sessenta e um) relatórios ambientais para a obtenção da LIO de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária conforme termo de referência previsto pelo anexo da Resolução CONAMA 387/2006. Ressalta-se que a discrepância entre o planejado e o realizado deve-se à não incorporação, por parte do INCRA SEDE, das metas iniciais previstas pelo TAC, tomando como base somente o Acórdão TCU 2633/2007. Neste sentido, os avanços obtidos no RS, desde uma perspectiva local, decorrem de trabalho continuado e, em que pese sua abrangência, não devem causar espanto.

Por outro lado, a tarefa específica de elaboração de relatórios ambientais para solicitação de Licença Prévia – LP visando autorizar esta Autarquia a cumprir a etapa de Obtenção de Terras conforme preconiza o regramento de inclusão de determinada área ao SIPRA, primeira etapa do licenciamento ambiental de assentamentos, é de responsabilidade do serviço ambiental (T3) em conjunto com o serviço de obtenção (T1) não tendo ajuda externa via convênio ou execução direta (licitação). Durante o exercício de 2009, foram elaborados e protocolados 6 (seis) relatórios ambientais para solicitação de LP ou LU (Licença Única), sendo esta última criada em 2008 pelo órgão ambiental, abrangendo assentamentos com menos de 100 (cem) famílias.

Outras tarefas relativas ao licenciamento ambiental e não previstas pela Resolução CONAMA 387/2006, tais como: outorga de recursos hídricos, licenciamento ambiental de outros empreendimentos da autarquia (irrigação, estradas, saibreiras, agroindústria, etc.), solicitação de anuência para averbação das áreas de reserva legal, entre outras atividades, tem sido realizadas diretamente pelo SR11-T3, aumentando consideravelmente a carga de trabalho, sem a devida contrapartida em recursos humanos e logísticos.

Neste sentido, é de se considerar que no início do exercício de 2009, contávamos com um quadro de pessoal que incluía 5 (cinco) peritos federais agrários, incluindo o chefe de serviço e mais 2 (dois) analistas de reforma agrária. Neste balanço de atividades, terminou-se o exercício anual com apenas 2 (dois) analistas e um perito. O chefe de serviço passou a acumular de forma isolada a responsabilidade de acompanhamento de convênios e/ou elaboração de termos de referência para licitações, além da responsabilidade técnica ambiental pelo processo de

licenciamento, já que um dos condicionantes da Resolução CONAMA 387/2006 é a coordenação dos trabalhos exclusivamente por parte de engenheiros agrônomos (peritos).

Sendo assim, do ponto de vista da execução das metas do licenciamento ambiental, o setor tem produzido resultados além de sua capacidade, ocasionando excesso e acúmulo de tarefas tanto dentro do serviço, bem como deste com a Divisão de Obtenção de Terras e as outras Divisões, verificando, inclusive, problemas de saúde relacionados com o excesso da carga de trabalho. Este fator, aliado à obrigatoriedade recente desta atividade (obtenção das licenças) para a execução financeira (Acórdão TCU 2633/2007), criou uma necessidade de execução das tarefas do serviço de meio ambiente, visando o cumprimento das metas, sem o devido respaldo em termos de força de trabalho.

A inexistência de fluxos e protocolos internos para a execução das mais diversas tarefas preconizadas pelo regimento interno atual (lembramos que o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais – T3 - foi criado pelo regimento interno publicado em 2006 e possui manual apenas para Ação 2B06), também dificulta a execução das atividades.

Neste sentido, o próprio setor tratou de elaborar algumas diretivas internas, porém temos como recomendação, a urgente realização de uma consultoria externa na área de Organização e Métodos (O&M) por parte desta autarquia, visando a definição dos fluxos e responsabilidades por parte dos diversos setores/divisões envolvidos direta e/ou indiretamente no processo de licenciamento ambiental, o qual, por sua natureza específica é de caráter multidisciplinar. Outro entrave a ser elencado é a falta de capacitação técnica e a excessiva centralização estabelecida pelo INCRA Sede, com relação aos Sistemas de Tecnologia da Informação (TI), resultando na inexistência de um Bando de Dados Geográfico (BDGeo) para uso desta autarquia, que deveria ser referência em Gestão Territorial.

Com relação à meta orçamentária, cabe referir que esta não apresentou a mesma excepcionalidade que a meta física, visto que alguma parte da transferência de recursos do primeiro convênio já tinha sido executada no PPA anterior. Também deve ser lembrado o fato do RS possuir um dos menores custos por relatório ambiental, considerando a média nacional. Isto se deve, em grande parte, ao sucesso da parceria consolidada com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2.3.1.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área obtida (há)	6.991,0000	4.885,3600	0	69,88

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
38.236.457,00	26.997.174,34	26.997.174,34	100	26.995.378,22	99,99	26.995.378,22	99,99

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

Em 2009 a Divisão de Obtenção de Terras da SR 11 obteve quatro imóveis, sendo que um dos imóveis, a Fazenda Jaguarí Grande no município de São Francisco de Assis foi obtida pela Lei Nº 8.629 perfazendo 534,62 hectares. Ou seja, desapropriação pelo não cumprimento da função social, pagos em TDA' s. O restante dos três imóveis: Fazenda São José Zambeze com 873,71 hectares, Fazenda Santa Rita IV com 2.252,80 hectares no município de São Gabriel, Fazenda Santo Izidro III com 1.224,23 hectares no município de Alegrete, foram obtidos pela Lei Nº4.132 de 10 de setembro de 1962 . Ou seja, desapropriação por interesse social.

2.3.1.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009 e PPA2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
839,00	26.130,99	24.088,64	92,18	23.399,77	89,55	23.399,77	89,55

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

Em 2009, a Divisão de Obtenção de Terras, contou no setor de Obtenção de Terras, com 8 peritos federais agrários , no setor de Implantação de projetos de Assentamento a divisão conta com 3 servidores sendo dois Analistas de Reforma Agrária e um técnico agrícola. A estrutura da divisão conta com um Perito Federal Agrário na coordenação e uma secretaria de nível superior contratada. A divisão conta com 6 viaturas sendo uma Sandero da Renault ano 2009, uma Ranger da Ford ano 2008, duas Mitsubishi L200 ano 2006, uma Mitsubishi L200 ano 2001, e uma Mitsubishi L200 ano 2000.

Todos funcionários contam com espaço privativo de trabalho e terminal de computador.

Os recursos executados na ação de gestão e administração do programa serviram para atender diárias e deslocamento dos servidores em atividades inerentes à Divisão de Obtenção de Terras.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Vladimir Silva de Lima

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família atendida (un)	1188	74	2.371	6,23

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
6.536.146,00	10.898.240,83	10.898.240,83	100	2.129.690,97	19,54	1.953.480,85	17,92

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

Temos o seguinte detalhamento das metas físicas realizadas pela SR nesta ação no exercício 2009:

Obras concluídas:

- Com recursos de 2009 – 74 famílias atendidas com poço artesiano.
- Com recursos de exercícios anteriores – 1.363 famílias atendidas, sendo 1.207 com recuperação de estradas, 70 com poço artesiano e 86 com construção de ponte.

Obras em execução:

- Com recursos de 2009 – 2.371 famílias atendidas, sendo 839 com implantação de estradas, 1.292 com recuperação de estradas, 208 com poço artesiano e 32 com construção de ponte.
- Com recursos de exercícios anteriores – 2.577 famílias atendidas, sendo 583 com implantação de estradas, 1.740 com recuperação de estradas e 254 com construção de ponte.

Os dados acima demonstram a magnitude da atuação do INCRA/RS na implantação e recuperação de infraestrutura básica nos projetos de assentamento do Estado (infraestrutura viária e abastecimento de água), o que tem impacto direto com a qualidade de vida das famílias assentadas. Os recursos orçamentários empenhados no exercício 2009 atenderam obras em andamento (contratos e convênios iniciados em anos anteriores e ainda não finalizados), correspondendo a cerca de 25% dos recursos, e atenderam também novos investimentos (obras novas), com cerca de 75% dos recursos empenhados. Tendo em vista que a maioria dos instrumentos foram formalizados no final do exercício, grande parte dos recursos empenhados ficaram em restos a pagar.

A ação de implantação e/ou recuperação de estradas tem sido priorizada pelo INCRA há muitos anos, considerando que se tratava do principal passivo nos assentamentos do RS. No exercício de 2009 a ação em estradas também foi priorizada, sendo destinados cerca de 88% dos recursos empenhados. Com a atuação intensiva do INCRA, especialmente nos últimos anos, a demanda foi sendo reduzida, muito embora muita coisa ainda resta por fazer nesta área. No ano de 2009 tivemos a agravante das elevadas precipitações pluviométricas em todo o Estado a partir do mês de outubro, fato fartamente divulgado na mídia estadual e nacional, o que afetou significativamente as condições das estradas já implantadas em vários municípios, resultando em maior necessidade de recursos, sendo que vários municípios recorreram ao INCRA no final do exercício visando atender esta demanda emergencial. Para o atendimento da ação em estradas, o INCRA/RS utilizou principalmente os instrumentos de licitação direta (concorrência pública) e de convênios com municípios. Os trâmites processuais destes instrumentos foram finalizados no final do exercício, com o início das obras para 2010. É importante salientar que estes dois instrumentos são importantes para o atendimento das demandas, tendo em vista a capacidade operacional do INCRA, apresentando características diferenciadas: no caso da licitação o INCRA tem maior atuação e controle do processo e as obras tendem a ser realizadas com mais agilidade pelas empresas; no caso de convênios a atuação do INCRA é partilhada com as prefeituras (conjugação de esforços e técnicos) e as obras tendem a se desenrolar por mais tempo (devido a problemas estruturais e administrativos das prefeituras). Foram realizadas duas concorrências públicas, sendo que uma atendeu as estradas de 08 novos assentamentos criados na região de São Gabriel (implantação de 161 Km de estradas) e outra 04 assentamentos seminovos da região das Missões (implantação/recuperação de 35 Km de estradas). Os novos convênios (total de 12) atenderam principalmente a região sul do RS (Território da Cidadania Zona Sul do RS), onde se concentram as maiores demandas, possibilitando a implantação/recuperação de mais de 400 Km de estradas.

A ação do INCRA no abastecimento de águas se intensificou a partir do ano de 2006, a partir da parceria com outro órgão do Governo Federal, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM. Trata-se de uma demanda cada vez mais importante, tendo em vista os recorrentes períodos de seca no RS. No exercício 2009, o INCRA formalizou novo Termo de Cooperação com a CPRM, com vigência até o ano de 2011, visando diagnóstico e concepção dos projetos de poços de 90 assentamentos, fiscalização e acompanhamento da execução de poços tubulares profundos executados em assentamentos, execução de revitalizações em poços existentes, realização de serviços de manutenção em poços já construídos, entre outras importantes ações. Em 2009 foram descentralizados pelo INCRA/Sede, através de destaque orçamentário, R\$ 1.288.100,00 para a CPRM. Esta parceria tem incrementado em muito a capacidade técnica e operacional do INCRA/RS, que não tem condições operacionais de atender todas as demandas existentes. Além

disso, diretamente o INCRA licitou (tomada de preços) a perfuração de 13 novos poços, visando atender os assentamentos novos criados na região de São Gabriel. Para esta ação foram destinados cerca de 22% dos recursos empenhados.

No que se refere à eletrificação rural, esta ação está sendo viabilizada, desde o ano de 2004, pelo Programa Luz para Todos do Governo Federal. Desde então, o INCRA não tem despendido recursos financeiros do seu orçamento para esta ação. O Luz Para Todos tem atendido de forma eficiente a todos os assentamentos Federais e Estaduais, permitindo a liberação de recursos humanos e financeiros do INCRA para o enfrentamento de outras tarefas.

Toda a ação de infra-estrutura partiu da elaboração de projetos básicos por Engenheiros Civis da SR.11 e das prefeituras municipais, com apoio de técnicos da CPRM nos casos dos poços, levando em consideração os preços referenciais oficiais (tabelas DNIT, DAER, SINAPI e outras).

Apesar deste grande esforço institucional, as ações realizadas não conseguem atender todas as demandas existentes. A demanda reprimida decorre do grande número de projetos de assentamento existentes no RS (mais de 300 assentamentos Federais, Estaduais e Compartilhados), da natureza da reforma agrária (onde grandes imóveis são obtidos, parcelados e destinados para famílias assentadas, com geração de passivo de infraestrutura básica em toda a área) e a indisponibilidade de recursos financeiros suficientes para atender toda a demanda. Alia-se a isto as deficiências operacionais do INCRA, especialmente de recursos humanos, e a omissão do Governo do Estado nos últimos anos em atender esta questão nos assentamentos Estaduais. Neste sentido, cabe registrar a grande necessidade de incremento do quadro funcional técnico (Engenheiros Civis) para a elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização das obras de infraestrutura nos assentamentos.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família atendida (un)	1.314	235	1.560	17,88

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
687.060,00	453.034,58	453.034,58	100	0	0	0	0

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

Meta realizada em 2009, refere-se a executada pela equipe de topografia do INCRA, que efetivou a demarcação total dos PA Santa Raquel, beneficiando 12 famílias, PA Santa Rita de Cássia, beneficiando 103 família e PA Santa Mercedes – Gleba B, beneficiando 7 famílias, e atendeu parcialmente no PA Novo Horizonte II que já beneficiou 66 das 86 famílias, PA Novo Alegrete que beneficiou 43 das 63 famílias e PA Santo Izidro III que beneficiou 4 das 46 famílias.

Meta a ser realizada, refere-se a licitação de dezembro/2009 para a demarcação de 1.350 lotes nos PAs Bamburral, Nova Herval, Querência, Santa Alice, Santa Rita III e Terra do Sol no município de Herval, PA Jaguarão no município de Aceguá, PAs Alegria e São Manoel no município de Pinheiro Machado, PA Piratini no município de Piratini, PAs Inhapetum, Santa Rita e Sepé Tiaraju no município de Capão Cipó, PA Posto Agropecuário no município de Faxinal do Soturno, PAs Santa

Tecla e Simon Bolívar no município de Jóia, PA Ramada no município Julio de Castilhos, PA Fazenda do Sobrado no município de Pinhal Grande, PAs Conquista do Caiboaté, Zambese e Itaguaçu no município de São Gabriel, que beneficiará 1350 famílias.

A efetivação da licitação se deu apenas em dezembro em virtude de problemas jurídicos que foram solucionados através de Parecer da Procuradoria Jurídica do INCRA.

O desempenho da Autarquia na execução direta está em conformidade com a força de trabalho disponível, já que existem outras demandas que ocupam os servidores da topografia como ações de usucapião, reconhecimento de limites e determinações judiciais.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	4	Família beneficiada (un)	0	2.009	1.212	0

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	2.089.546,96	2.089.546,96	100	4.000,00	0,19	4.000,00	0,19

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

As metas físicas realizadas no exercício 2009 referem-se a viabilização de feira de produtos da reforma agrária na região sul do RS (município de Candiota), que atingiu vários agricultores assentados da região (metas realizada). Entretanto, a ação mais importante ocorreu na construção e/ou reforma de agroindústrias para o atendimento de famílias assentadas. Os recursos orçamentários empenhados no exercício 2009 atenderam ações em andamento (convênios iniciados em anos anteriores e ainda não finalizados), correspondendo a cerca de 16% dos recursos, atenderam novos convênios implantação de agroindústrias, com cerca de 78% dos recursos empenhados, e atenderam também licitações para aquisição de equipamentos, com cerca de 6% dos recursos empenhados. Tendo em vista que a maioria dos instrumentos foram formalizados no final do exercício, grande parte dos recursos empenhados ficaram em restos a pagar.

O Programa Terra Sol foi criado em 2003 e o seu principal objetivo reside em proporcionar agregação de renda à produção, através de várias ações de estruturação de unidades agroindustriais, capacitação de agricultores, estudos mercadológicos, entre outras. Hoje no RS, através da ação do INCRA nestes últimos anos, temos perto de 90 iniciativas do Terra Sol em andamento, incluindo 23 convênios com municípios, nas áreas de produção de leite, abatedouros e processamento de carne, moinhos coloniais, cultura do arroz irrigado, armazenamento e processamento de grãos, produção de mel, padarias comunitárias e beneficiamento de frutas e hortaliças. Além disso, merece destaque também a aquisição e distribuição de equipamentos para a produção de leite (resfriadores e tanques para transporte) e o apoio a feiras de produtos da reforma agrária. Importante destacar a participação ativa das entidades organizativas dos assentados na área da produção agropecuária, principalmente cooperativas de produção, que tem importância crucial para a viabilização dos empreendimentos implantados.

No caso do Terra Sol no RS, a quase totalidade da aplicação dos recursos é operacionalizada na forma de convênios com municípios. Este instrumento, se por um lado potencializa a ação do INCRA com o envolvimento técnico e operacional das prefeituras municipais, por outro lado tem ocasionado atrasos significativos na finalização das obras, devido a problemas estruturais e

administrativos das prefeituras. Para minimizar este problema, o INCRA tem procurado realizar um acompanhamento mais intensivo e prestar um apoio mais efetivo às prefeituras, visando finalizar os empreendimentos conveniados.

Outra iniciativa que tem potencializado a ação do Terra Sol no RS, é a atuação do Programa Somar (Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica para o Desenvolvimento da Agroindustrialização de Produtos de Origem Animal e Vegetal em Assentamentos de Reforma Agrária do RS), fruto de Termo de Cooperação entre o INCRA e a Universidade Federal de Santa Maria, formalizado em 2008 e com vigência até 2011, que tem por objeto prestar assessoramento técnico especializado para os atores envolvidos nos processos de agroindustrialização desenvolvidos pelo Programa Terra Sol nos assentamentos do RS. Em 2009 foram descentralizados pelo INCRA/Sede, através de destaque orçamentário, R\$ 377.240,02 para a UFSM, visando dar continuidade ao Termo de Cooperação.

No exercício 2009 foram formalizados 06 novos convênios plurianuais, com vigência até 2011, nas áreas de carnes e processamento de embutidos, padaria comunitária, processamento de frutas e hortaliças, e produção de arroz orgânico. No que se refere à execução direta, em 2009 foi realizado pregão eletrônico para a aquisição de equipamentos específicos para moinhos coloniais.

Toda a ação do programa Terra Sol partiu da elaboração de pré-projetos por Engenheiros Civis da SR/11 ou das Prefeituras Municipais, com apoio de técnicos das entidades parceiras, levando em consideração os preços referenciais oficiais e valores de mercado.

Apesar da ação significativa do INCRA no Programa Terra Sol nos últimos anos, há um grande passivo nos assentamentos para a viabilização de agroindústrias e outras iniciativas que agreguem renda à produção agropecuária. Neste sentido, este programa é de vital importância para a viabilização dos assentamentos e a melhoria das condições de vida das famílias assentadas. As deficiências operacionais do INCRA, especialmente de recursos humanos, e a omissão do Governo do Estado nos últimos anos, contribuem para o não atendimento das demandas nesta área. Neste sentido, assim como no caso da Infraestrutura, cabe registrar a grande necessidade de incremento do quadro funcional técnico (Engenheiros Civis e outros técnicos com formação multidisciplinar) para a elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização das obras das agroindústrias nos assentamentos, além do acompanhamento qualificado dos empreendimentos na sua fase de operação.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Doc de titulação expedido (un)	0	830	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	606.865,34	606.865,34	100	201.749,62	33,24	201.749,62	33,24

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

Assim como no exercício anterior, em 2009 esta ação se deu através da concessão de Contratos de Concessão de Uso (CCU) para os casos de famílias homologadas pelo INCRA, especialmente para aquelas assentadas nos assentamentos criados pelo INCRA no final do ano de 2008 e início de 2009 na região de São Gabriel. Além disso, várias ações de cessão ou doação de áreas remanescentes de

projetos de assentamento tramitaram no respectivo setor. Foram emitidos e publicados (em Boletim de Serviço do INCRA/Sede) 830 Contratos de Concessão de Uso.

Quanto à titulação (emissão dos Títulos de Domínio para assentamentos consolidados), o atraso nos procedimentos demarcatórios, a ausência de registro dos imóveis em cartórios e a eventual necessidade de retificação de matrículas, bem como a frequência com que se apresentam casos onde se observa falta de documentação por parte das famílias, se somam, prejudicando a conclusão de trabalhos em andamento e limitando a possibilidade de emissão dos títulos. Além disso, a escassa clareza quanto à política de titulação em nível nacional, bem como indefinições por parte do INCRA/Sede também concorreram para a situação relatada. Considerando o exposto, esta ação se limitou ao acompanhamento dos assentamentos total ou parcialmente titulados, visando a conclusão do processo.

Também faz parte desta ação a retomada de lotes, através de uma ação complexa do INCRA, que vai desde o acompanhamento sistemático dos assentamentos, a identificação de irregularidades, a investigação e o aprofundamento da situação, a criação de comissões de inquérito ou sindicância, a decisão administrativa, o ingresso de ação judicial e a conseqüente decisão quanto à reintegração de posse dos lotes. Esta tem sido uma ação prioritária do INCRA/RS, visando o cumprimento da missão institucional e moralização do programa de reforma agrária no Estado. Exemplo desta ação, fartamente divulgada na mídia estadual, ocorreu no projeto de assentamento Viamão onde, após decisões judiciais favoráveis ao INCRA, a autarquia realizou a colheita e depósito de arroz cultivado em mais de 1.000 hectares e realizou a reintegração de posse de mais de 25 lotes irregulares no assentamento, operações estas que contaram com o apoio efetivo do Ministério Público Federal, da polícia federal e a brigada militar.

Os recursos orçamentários destinados para esta ação no INCRA/RS foram utilizados para atividades de campo de titulação e retomada de lotes, e, por demanda judicial, para garantir a vigilância dos lotes reintegrados no assentamento Viamão, o que se deu através de contratação de empresa especializada.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	P	4	Projeto Consolidado (un)	2	0	0	-

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
270.494,00	163.921,13	163.694,19	99,86	163.694,19	99,86	163.694,19	99,86

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

O Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC) é originário do Contrato de Empréstimos 1248/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano – BID, em 07 de dezembro de 2000, tendo sido aprovado pela Resolução nº 61, de 18 de setembro de 2000 do Senado Federal, cuja linha de financiamento para a execução do Programa se constitui, principalmente, na execução de obras de infra-estrutura e serviços de assistência técnica social e ambiental, tendo como objetivo desenvolver e testar uma metodologia de consolidação capaz de permitir aos assentados alcançar certa independência em relação ao apoio logístico do INCRA. No ano de 2008, o programa passou a ser financiado exclusivamente com recursos do orçamento do INCRA.

O Programa foi concebido como estratégia para acelerar o processo de consolidação dos projetos de assentamento de reforma agrária no país. Parte da elaboração de um Plano de Consolidação do Assentamento – PCA, implementado através de investimentos complementares em infraestrutura sócio-econômica e do co-financiamento de ações de assistência técnica e capacitação, de tal forma a acelerar a construção de sustentabilidade econômica e ambiental, bem como da estabilidade social vivenciada pelas famílias assentadas no PA incorporado ao PAC. Essa estratégia tende a reduzir, ao longo do tempo, exigências e envolvimento do INCRA para com famílias estabelecidas em assentamentos selecionados a partir de determinados critérios. Espera-se desta forma que, em nível nacional, amplie-se a autonomia dos agricultores assentados, que passariam a contar com um maior apoio das municipalidades e das repartições locais do INCRA. Foram formalizados convênios tripartites entre INCRA, prefeituras e organizações organizativas/comunitárias dos assentados, visando executar os investimentos e apoios previstos no PCA, voltados a transformar a realidade de dependência observada na situação original.

No RS, o programa hoje abrange 10 projetos de assentamento, contemplando 766 famílias assentadas e envolvendo convênios com 06 Associações Comunitárias criadas nos assentamentos participantes. Além disso, está sendo desenvolvido no RS um Plano de Desenvolvimento Territorial, que articula demandas e esforços correspondentes a assentamentos de uma determinada região geográfica. Trata-se de um PCA Regional (região de Bagé, incluindo os municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra) que engloba 54 assentamentos e 1.748 famílias assentadas, por meio de convênio com 01 entidade regional representativa dos assentamentos da região.

Em 2009, através de um trabalho conjunto da Unidade Técnica Estadual do PAC (UTE/RS) e a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA/Sede, realizou-se uma avaliação detalhada dos convênios existentes, com vistas a diagnóstico e solução de pendências, e encaminhou-se o aditamento de 05 convênios que finalizavam sua vigência em 2009. Estes convênios foram aditados até 2011, possibilitando um maior tempo para a finalização dos instrumentos com qualidade. Devido a isto, não foram finalizados convênios em 2009, o que se repetirá em 2010 (meta realizada e meta a ser realizada em 2010). Também decidiu-se atender parte da demanda dos PCA's com ação direta do

INCRA, nos casos em que as associações apresentam maior dificuldade. Dentre os problemas encontrados nos convênios do PAC, o que vem sendo apontado pela CGU em seus relatórios de avaliação sobre o programa, temos o atraso na execução das metas previstas, o que pretendemos minimizar com a realização de metas diretamente pelo INCRA e um acompanhamento administrativo às Associações, visando sanar pendências e entraves para agilizar os procedimentos. Dentre as dificuldades operacionais do INCRA/RS, ressaltamos a carência de número de servidores do INCRA/RS para o atendimento qualificado do programa, a burocracia processual referente à formalização e atendimento dos convênios e aditivos e as dificuldades nas análises das prestações de contas dos convênios, o que tem gerado sucessivos atrasos nos repasses dos orçamentos previstos, gerando problemas de execução e acompanhamento. O INCRA/RS tem buscado minimizar estes problemas a partir de uma ação partilhada entre a Divisão de Desenvolvimento e a Divisão Administrativa (Setor de Convênios), com avanços significativos.

O orçamento empenhado e liquidado em 2009 atendeu despesas operacionais da UTE/RS e convênio em andamento.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Un. Familiar de produção atendida (un)	1349	419	454	31,06

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.349.419,00	869.797,93	864.541,58	99,39	807.606,57	92,85	607.556,21	69,85

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

Metas e resultados da ação no exercício:

Conforme consta no relatório de gestão do exercício 2008, o serviço de meio ambiente gerenciava dois convênios dentro desta ação. O primeiro, celebrado ainda em 2007 e o segundo celebrado ao final do ano de 2008 e que, por problemas operativos com relação ao SICONV, ficou em restos a pagar somente sendo efetivado o pagamento ao final de maio de 2009. Os extratos destes convênios encontram-se referenciados abaixo.

Ambas parcerias, enquadram-se na Linha Temática nº 1 (a qual prevê a delimitação das Áreas de Reserva Legal - ARL e de Preservação Permanente - APP para fins de recuperação e proteção) definida pelo Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária, produzido em 2006 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e disponível na rede mundial de computadores (<http://www.incra.gov.br/portal> na guia Gestão ambiental do link Projetos e Programas). A linha temática apóia também a construção de viveiros para produção de mudas que serão utilizadas no processo de recomposição de áreas degradadas, meta abrangida também pelo convênio de Santana do Livramento.

Além de prever a delimitação física das ARL e APP dos assentamentos e a criação de um viveiro de mudas para recomposição florestal, os projetos prevêem o estabelecimento de Programas de Educação Ambiental estruturados a partir dos conceitos prévios dos assentados, construindo o conhecimento na área de preservação ambiental conjuntamente com a produção agrícola sustentável.

Processo: 54220.003064/2006-09. Conveniente: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Interveniente: Centro de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS Objeto: Implantação do projeto de recuperação e conservação dos recursos naturais dos projetos de assentamento da reforma agrária localizados no município de Santana do Livramento-RS. Valor Total: R\$ 673.876,00. Valor de Contrapartida: R\$ 72.500,00. Valor repassado em 2009: R\$ 69.243,85.

O convênio, em andamento desde 2007, localizado na região de Santana do Livramento abrangendo 13 (treze) Projetos de Assentamento (PA's) em processo de regularização ambiental e totalizando 419 famílias, teve seu desenvolvimento prejudicado durante o exercício de 2009 por problemas relacionados com a descentralização de recursos devido a um parecer jurídico da própria autarquia vetando o pagamento de bolsas de extensão a servidores públicos federais, mesmo com nosso argumento de que existe legislação específica para tal decisão (Lei Federal 10.701/2008).

Sendo assim, foi elaborado por parte da conveniente um relatório de acompanhamento anual, o qual serviu para a elaboração dos relatórios anuais de monitoramento da gestão ambiental dos assentamentos em tela, condicionante para a manutenção anual das licenças ambientais dos assentamentos.

Outro problema verificado com relação a este convênio foi sua articulação com o Projeto TAL Ambiental. Foram realizados dois certames licitatórios por parte da conveniente sem que houvesse empresa vencedora, devido a problemas orçamentários por parte da consultoria do referido programa.

Durante o ano de 2009, o serviço de meio ambiente continuou com o acompanhamento do consultor contratado para a execução do SAL/TAL ambiental, tendo sido realizadas durante o exercício mais

3 (três) viagens de trabalho a Santana do Livramento, sendo uma delas em companhia da Coordenadora Técnica do convênio, Prof. Teresinha Guerra.

Processo: 54220.002769/2008-62. Conveniente: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Objeto: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de recursos naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamento da reforma agrária. Valor Total: R\$ 195.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 19.500,00. Valor empenhado em 2008: R\$ 100.000,00. Valor a descentralizar em 2009: R\$ 75.500,00.

Com base no atraso do pagamento mencionado, este último foi denunciado pelo conveniente. Sendo assim, entrou neste relatório como finalizado, porém devemos ressaltar que não foi executado.

Visando dar continuidade ao cumprimento das metas de 2009, foram assinados dois novos convênios dentro desta ação. O primeiro com o Instituto de Permacultura da Pampa (IPEP) tendo como objeto o Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento Rubira, localizado no município de Piratini, o qual encontra-se embargado por multa ambiental, e fazendo parte da área de abrangência do Programa dos Territórios da Cidadania, englobando 80 (oitenta) famílias. O extrato deste convênio segue abaixo.

Processo: 54220.002304/2009-92. Conveniente: Instituto de Permacultura da Pampa - IPEP. Objeto: Implantar projetos de recuperação, conservação e monitoramento de áreas de preservação permanente (APPs) no Projeto de Assentamento Rubira localizado no município de Piratini-RS. Valor Total: R\$ 708.656,75. Valor de Contrapartida: R\$ 14.235,00. Valor descentralizado em 2009: R\$ 498.736,40. Valor a descentralizar em 2010: R\$ 195.685,35.

O projeto prevê a delimitação física, cercamento e recuperação das APPs do PA Rubira, o qual servirá de unidade demonstrativa com objetivo de irradiar os conhecimentos em conservação ambiental adquiridos para mais 9 (nove) assentamentos da região, os quais também encontram-se embargados pelas multas ambientais derivadas da produção de carvão sem o devido licenciamento ambiental por parte dos beneficiários.

O segundo convênio foi firmado com o Instituto Curicaca com a finalidade de implantar corredor ecológico do Projeto de Assentamento Viamão, localizado no município de Viamão-RS, com a finalidade de cumprir determinação do Termo de Ajustamento de Conduta assinado em outubro de 2004 pelo INCRA com o MPF e MPE, visando conectar o território da Unidade de Proteção Integral Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos – RVSBP com a Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande colaborando com o Plano de Manejo destas duas unidades de conservação, bem como proporcionar a solicitação de anuência da Reserva Legal deste projeto de assentamento que é o maior do estado, podendo servir inclusive para a compensação de outros projetos de assentamento localizados na mesma bacia/região hidrográfica.

Processo: 54220.003586/2009-45. Conveniente: Instituto Curicaca. Objeto: Apoio técnico ao INCRA-RS nas atividade de implantação do corredor ecológico do canal do DNOS, na elaboração do plano de manejo das áreas agrícolas do entorno da Unidade de Conservação de Proteção Integral Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, promovendo a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental no PA Viamão, abrangendo 376 famílias. Valor Total: R\$ 408.866,00. Valor de Contrapartida: R\$ 8.500,00. Valor descentralizado em 2009: R\$ 200.000,00. Valor a descentralizar em 2010: R\$ 200.366,00.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	4	Família atendida (un)	1.478	159	1.527	10,76

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
16.705.842,00	13.019.600,00	13.019.600,00	100	677.600,00	5,20	677.600,00	5,20

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

A operacionalização do crédito instalação do INCRA em 2009 seguiu regramento estabelecido através da Norma de Execução nº 79, de 26 de dezembro de 2008, que traz ampliação do número de modalidades em relação ao regramento do exercício anterior (2008). Na Norma atual estão previstas as seguintes modalidades de crédito: (1) *modalidade Apoio Inicial*, que se destina à segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas, ao suprimento de suas necessidades básicas, bem como ao fomento inicial de seu processo produtivo; (2) *modalidade Apoio Mulher*, que busca

promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir na superação da desigualdade de gênero no meio rural; (3) *modalidade Aquisição de Materiais de Construção*, que se destina à aquisição de materiais necessários à construção das habitações rurais nos assentamentos, bem como ao pagamento de mão-de-obra e serviço técnico específico para a qualificação das habitações; (4) *modalidade Fomento*, que se destina a garantir a segurança alimentar das famílias e a geração de excedente produtivo, visando dar suporte à geração de renda; (5) *modalidade Adicional Fomento*, que se destina a consolidar a segurança alimentar das famílias e fortalecer o processo de geração de excedente produtivo; (6) *modalidade Recuperação Materiais de Construção*, que se destina à aquisição de materiais para melhoria habitacional, apontadas por meio de Laudo Técnico individual e planilha orçamentária, que indicarão a necessidade e os valores a serem investidos na reforma e/ou ampliação da moradia.

A destinação dos recursos pelo INCRA se dá através de depósito em conta específica no Banco do Brasil, aberta em nome de representantes indicados pelas famílias assentadas nos assentamentos. Os valores permanecem bloqueados e aplicados até autorização do INCRA. Após recebimento/conferência e análise das notas fiscais referentes aos materiais e/ou recibos de prestação de serviços pelo INCRA, é emitida autorização oficial ao Banco do Brasil para pagamento dos fornecedores ou prestadores de serviço. O pagamento se dá diretamente aos fornecedores ou prestadores de serviço, através de crédito em conta corrente ou transferência via DOC/TED (obrigatório no caso de pessoa jurídica), admitindo-se saque em dinheiro apenas no caso de pessoa física que não disponha de conta bancária.

No exercício 2009, os recursos orçamentários empenhados (cerca de R\$ 13,0 milhões) atenderam principalmente os assentamentos novos criados no final de 2008 e 2009 na região de São Gabriel. Para grande parte destes assentamentos foram disponibilizados recursos para o crédito Apoio Inicial e Aquisição Materiais de Construção. Porém, tendo em vista o atraso na liberação das famílias no SIPRA (Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária) para a emissão dos Contratos de Concessão de Uso e Contratos de Crédito, aliado a outros fatores da operacionalização do crédito (abertura de contas bancárias, elaboração de projetos, entre outros), não foi possível fazer o depósito nas contas bancárias, razão pela qual a maioria dos recursos orçamentários foi inscrita em restos a pagar, com previsão de operacionalização a partir do início de 2010.

A modalidade *Apoio Inicial*, cujo valor em 2009 passou para R\$ 3.200,00/família, é destinada para beneficiários de assentamentos recentemente criados, assim como para beneficiários que são assentados em lotes retomados pelo INCRA em assentamentos antigos; em 2009 foram contempladas 964 famílias (sendo 61 como “meta realizada” e o restante como “meta a ser realizada em 2010”). A modalidade *Aquisição de Materiais de Construção*, cujo valor em 2009 passou para R\$ 15.000,00/família, também é destinada para beneficiários de assentamentos recentemente criados; em 2009 foram contempladas 594 famílias (sendo 03 como “meta realizada” e o restante como “meta a ser realizada em 2010”). Também foram operacionalizadas em 2009 as modalidades *Fomento* e *Adicional Fomento*, além do complemento do crédito devido ao aumento dos valores de 2009 (128 famílias atendidas, sendo 95 como “meta realizada” e o restante como “meta a ser realizada em 2010”). Não foi operacionalizada a modalidade *Apoio Mulher* no exercício 2009.

Ressalta-se que em 2009 foram finalizadas 348 Casas Construídas e 1.853 casas reformadas, com recursos de exercícios anteriores. Estas casas são provenientes de recursos operacionalizados a partir de 2005, a grande maioria a partir de parceria com a Caixa Econômica Federal, através do Programa Carta de Crédito FGTS, onde houve a complementação dos recursos individuais por família.

Sob o ponto de vista dos recursos humanos para a execução e o acompanhamento da ação, há grande insuficiência de servidores para dar conta de todas as ações do INCRA no atendimento às famílias assentadas e no atendimento qualificado da aplicação do Crédito Instalação. Ressalta-se que há um grande passivo de créditos liberados em anos anteriores (depositados nas contas bancárias) a serem efetivamente aplicados ou em execução, em especial nas modalidades Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação Materiais de Construção, o que demanda grande envolvimento do INCRA. Tendo em vista a situação de carência de recursos humanos, o INCRA conta com o envolvimento dos técnicos da Assistência Técnica ou outras parcerias para o acompanhamento da execução do Crédito Instalação, o que não atende plenamente todas as demandas institucionais, tendo em vista que determinadas ações do processo de concessão do crédito devem obrigatoriamente ser realizadas por servidores do INCRA.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009 e PPA2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
414.311,00	692.077,89	690.070,52	99,71	571.007,79	82,50	570.053,15	82,37

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, SIAFI

No Rio Grande do Sul, até o final de 2009, foram registrados do SIPRA (Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária) 328 projetos de assentamento, com capacidade de assentamento para 12.424 famílias assentadas. Deste total, 187 assentamentos (8.471 famílias) são de responsabilidade direta do INCRA (assentamentos federais ou criados de forma compartilhada entre INCRA e Estado do RS). Os restantes são assentamentos estaduais (grande maioria dos assentamentos restantes), municipais ou particulares, todos reconhecidos pelo INCRA. Esta ação (Gestão e Administração do Programa – GAP) visa atender todas as despesas inerentes a implantação e acompanhamento destes assentamentos, compreendendo as atividades de transferência das famílias selecionadas desde os acampamentos até o imóvel obtido, evoluindo no sentido da distribuição dos lotes e demarcação das parcelas, com orientações iniciais relativas a alternativas para sua exploração, compreendendo aí a operacionalização e a destinação do crédito instalação, a articulação com parcerias institucionais (prefeituras, órgãos públicos diversos, empresas de assistência técnica, entre outros), e concluindo com a implantação e a manutenção de serviços e infra-estrutura básica. A atividade também incorpora todas as ações inerentes ao acompanhamento sistemático aos projetos de assentamento e da situação da ocupação dos lotes. Cabe ressaltar que várias atividades de implantação e desenvolvimento, especialmente a concessão do crédito instalação e a implantação/recuperação da infraestrutura básica, também são realizadas pela autarquia em assentamentos estaduais e municipais reconhecidos pelo INCRA.

A PO 2009 para o INCRA/RS nesta ação previa um valor de R\$ 414.311,00. Este valor se revelou insuficiente para atender todas as ações vinculadas ao programa, tendo em vista as despesas operacionais necessárias para as atividades de implantação dos assentamentos e acompanhamento dos mesmos, além de outras atividades inerentes ao programa. Tendo em vista esta realidade, durante o exercício ocorreu a descentralização de recursos adicionais, resultando na disponibilidade de R\$ 692.077,89, com empenho da quase totalidade destes recursos (praticamente 100 %).

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Francisco Emilio Machado de Lemos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	4	Imóvel gerenciado (un)	7.265	37.257	-	512,83

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
65.383,00	106.795,06	106.795,06	100	71.488,83	66,94	71.488,83	66,94

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

Em períodos anteriores os indicadores apontados nesta ação se mostravam de difícil dimensionamento uma vez que estes dados não eram disponibilizados às Superintendências Regionais, para que estas pudessem dimensionar sua capacidade operacional, tendo em vista a equipe disponível. No ano de 2009 o INCRA Sede passou a divulgar aquelas informações que, acumuladas, explicam em parte o resultado excepcional (512% da meta física, conta 66% da financeira) . Outro fator representativo na superação dos resultados previstos para 2009 diz respeito ao fato de, definidas pela Sede, as metas não consideraram ações que estavam sendo desencadeadas pela SR com vistas a aprimorar o atendimento ao administrado, a exemplo da ampliação no número de Unidades Municipais de Cadastro (UMC). Ampliando os pontos de atendimento do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, as UMCs facilitam o acesso de pequenos produtores, que representam quase 90 por cento da malha fundiária do Rio Grande do Sul, na medida que estes passam a contar com um ponto de atendimento no seu município ou próximo do seu domicílio. Quanto a grande quantidade de atualizações, temos também que salientar a participação do sistema bancário que ampliou as exigências quanto à atualização dos dados constantes no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, para efetuar as operações bancárias.

Conta	Elemento de Despesa	Prov. Recebido	Empenhado	Liquidado	%
3390.14	Diárias	36.665,70	36.665,70	36.665,70	100
3390.30	Material de Consumo	25.000,00	25.000,00	21.832,24	87,3
3390.33	Passagens/Pedágios	6.848,25	6.848,25	6.076,00	88,7
3390.36	Pag. 3º Pessoa Física	1.729,00	1.729,00	1.729,00	100
3390.39	Pag. 3º Pessoa Jurídica	2.552,11	2.552,11	1.997,04	78,2
3391.39	Publicações	34.000,00	34.000,00	3.188,85	9,4
Totais		106.795,06	106.795,06	71.488,83	66,94

Os elementos de despesa que mais necessitaram de recursos para o desempenho da ação correspondem à emissão de diárias indispensáveis ao acompanhamento da rede conveniada, formada pelas Unidades Municipais de Cadastro, bem como a manutenção de veículos e a aquisição de um veículo Sandero (já no final do exercício).

A provisão recebida superou em 63,3% da meta orçamentária, em contrapartida a Unidade apresentou resultado bastante superior na meta física, que foi superada em 412,8%. Este resultado foi possível pelo incremento no número de UMCs. No conjunto das ações para ampliação da rede de UMCs é indispensável a publicação do Termo de Cooperação Técnica, despesas com publicações que foram empenhadas no exercício

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Não se aplica a SR/11

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
								#DIV/0!

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

Não se aplica a SR/11.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo José Pereira da Cunha

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área medida e georreferenciada (há)	1.635	5.485,4098	2.252,7900	335,5

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
25.500,00	23.012,44	23.012,44	100	22.305,58	96,92	22.305,58	96,92

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

A meta realizada em 2009, com recursos de 2009, foram Santa Mercedes, Santo Izidro em Alegrete, Granja Santa Rosa em Santa Margarida do Sul, Jaguari Grande em São Gabriel, Faz. Velha em São Francisco de Paula e Barra do Rio Azul, com um total de 5.485,4098 hectares, alcançando 335,5% da meta prevista. Este número foi alcançado com a priorização do georreferenciamento das áreas adquiridas pelo INCRA ao final de 2008 e que demandavam da ação um pronto atendimento para que prosseguíssemos na regularização documental das mesmas.

A maior parte dos recursos empenhados e liquidados foi utilizado em diárias, combustível e material de consumo, aplicado em conformidade com a ação, já que a mesma é exercida em atividades externas.

O georreferenciamento do PA Santa Rita de Cássia IV foi iniciado em 2009 e não foi concluído em virtude da cheia do Rio Vacacaí, na localidade de Catigaba, município de São Gabriel. Esta atividade será concluída no exercício de 2010.

Dos 834 processos protocolados antes de 2009, foram certificados 93 e dos 337 protocolados em 2009, foram certificados 11. Este passivo está vinculado diretamente a complexidade dos trabalhos de análise da Certificação e ao quadro de Servidores disponíveis para a atividade não dão conta da demanda já existente. Em 2009 o Comitê Regional de Certificação do RS certificou 104 imóveis.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área regularizada (há)	112	0	2.317,2000	-

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
3.000,00	2.820,60	2.820,60	100	2.820,60	100	2.820,60	100

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

Foram dados prosseguimentos nas ações de reconhecimento de ocupantes nas áreas de Roque Gonzáles e São Francisco de Assis. A meta física não atingida se deve ao fato que o marco legal para titulação dos ocupantes continua pendente. Foi criado em 2009 grupo de trabalho que encaminhou à Procuradoria Geral do INCRA proposta de Instrução Normativa para regulamentação das áreas de regularização fundiária fora da Amazônia Legal, em virtude de se tratar de procedimento distinto ao existente. A proposta apresentada contempla condicionantes e correção de valores efetuados nas desapropriações originárias destas regularizações, possibilitando a titulação.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Não se aplica a SR/11

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
								#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

Não se aplica a SR11

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Não se aplica a SR/11

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
								#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

Não se aplica a SR11

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009 e PPA2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
14.370,00	96.584,80	96.240,76	99,64	29.825,85	30,88	29.825,85	30,88

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

Os recursos aportados na ação foram executados na promoção de cursos, treinamentos com vistas à qualificação de pessoal. Temos também outros deslocamentos para atendimento de ações de cadastro em outros estados que foram descentralizados nesta ação, já que servidores da SR 11 participaram de atividades preparatórias para a emissão de CCIR 2006, 2007, 2008 e 2009 e ajustamento ao novo Manual de Cadastro e forças-tarefas em outros estados.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Elisete Maria Guntzel Ramos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	4	Servidor Capacitado (un)	53	113	-	213,20

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
12.994,00	40.237,45	40.237,45	100	38.666,66	96,10	38.666,66	96,10

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

Adequação dos Valores Gastos

Os valores disponibilizados em 2009 possibilitaram a realização de 29 cursos e a capacitação de 113 servidores.

Principais Recursos Materiais e Humanos Envolvidos

Os principais recursos materiais envolvidos se referem às matrículas e contratações de empresas para a realização de treinamentos, além de despesas com deslocamentos e diárias. Quanto a Recursos Humanos, foram capacitados 6 servidores em curso de Instrutoria Interna, no qual servidor da Superintendência repassou seus conhecimentos de forma voluntária (sem custos).

Importância das Contratações e Parcerias Realizadas no Alcance dos resultados

As contratações e parcerias foram imprescindíveis ao cumprimento das metas, pois a autarquia não possui suficientes instrutores internos capacitados a ministrar a ampla gama de conteúdos abordados durante o ano de 2009. Relevante também foi a alternativa por cursos à distância (EaD) gratuitos oferecidos por Escolas de Governo.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da S. Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Maria de Lourdes Álvares da Rosa

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Gercino José da Silva Filho

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família acampada assistida (un)	34	2329	-	685,0

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
3.760,00	100.340,15	97.805,18	97,50	87.941,58	87,60	87.941,58	87,60

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

A Reforma Agrária no Estado, como amplamente divulgado nos Meios de Comunicação Social, apresenta um quadro permanente de agricultores sem-terra acampados nas imediações das rodovias. O MDA, através do INCRA, procura minimizar a situação de vulnerabilidade social dessas famílias, através do fornecimento de lonas e transporte de cestas básicas, cuja aquisição é de competência do MDS. Os recursos descentralizados foram utilizados na aquisição de lonas e transporte de agricultores acampados, contemplando a totalidade das famílias acampadas no estado. A aquisição das cestas de básicas é feita pela CONAB e a distribuição ficou a cargo do INCRA/RS, contemplando mensalmente, em média, 2329 famílias. durante o ano de 2009.

A aquisição de lonas é feita pelo INCRA/RS com recursos repassados pela OUVIDORIA AGRÁRIA NACIONAL, sendo feita a compra e distribuição com base nas demandas levantadas pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos e Divisão de Obtenção de Terras/ Serviço de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias.

No período a SR também gestionou, junto à Ouvidoria Nacional, para constituição de parceria, através de convenio com entidades não governamentais, visando constituir serviços de apoio e assessoria a agricultores em situação de risco, em áreas de tensão social. As tratativas estão em andamento, come expectativa de conclusão no próximo período.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandro da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: José Rui Cancian Tagliapietra

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

⁶ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	4	Comunidade Titulada (un)	6	2	0	33,33

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
204.471,00	174.278,89	174.278,89	100	116.957,15	67,10	116.957,15	67,10

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

a) Principais resultados

O principal resultado foi a titulação e registro de terras de duas Comunidades: Chácara das Rosas, Município de Canoas e Família Silva, Município de Porto Alegre. Embora a Família Silva tenha sido titulada parcialmente, face discussão judicial quanto a indenização de parte das terras, dado o significado para o INCRA e Movimento Social Quilombola, por tratar-se

do primeiro quilombo urbano titulado representa um marco para o programa Brasil Quilombola. Também merece destaque por ser a primeira comunidade titulada em terras desapropriadas para atender o disposto no Art. 68 do ADCT e Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Com as titulações acima mencionadas foi cumprido 33,33% da meta estabelecida. Demais titulações estavam na dependência de decretos presidências, cuja publicação ocorreu em 20 novembro e o processo de desintrusão ocorrerá em 2010.

Outro resultado expressivo foi a publicação de 03 Decretos Presidências declarando de interesse social por finalidade étnica os territórios das Comunidades de São Miguel e Martimianos, Município de Restinga Seca e Casca, Município de Mostardas.

Como passo importante para titulação das terras foram finalizados os RTIDs das Comunidades de Manoel Barbosa, Município de Gravataí, Arvinha, Município de Sertão e Rincão dos Caixões, Município de Jacuizinho.

Os avanços conquistados podem ser considerados expressivos considerando a disponibilidade de recursos humanos, financeiros, materiais mobilizados no ano de 2009.

b) Principais Problemas

1. Recursos Humanos

O Setor de regularização de territórios quilombolas contou no ano de 2009 com 04 servidores, dos quais apenas 02 em tempo integral. O quadro mínimo para atender o Programa é 15 servidores, com destaque para antropólogos, sociólogos, engenheiros agrônomos, topógrafos e geógrafos.

O afastamento, por interesse próprio, de antropóloga contratada no concurso de 2008 se apresenta como problema relevante. A experiência, a capacidade de trabalho e o papel por ela desempenhado no Setor dificilmente serão resgatados sem nova contratação, fato que parece distante das possibilidades para este ano, notadamente em função da remuneração oferecida (principal motivo para o afastamento da antropóloga em questão).

2. Territórios da Cidadania

Os recursos para os Territórios da Cidadania previstos na Programação Operacional não correspondem a realidade da distribuição das Comunidades no Estado. Assim como no caso das Comunidades Quilombolas, a maior parte das famílias e dos assentamentos

contemplados pela política de RA, no RS, bem como a grande maioria dos processos de investimento em andamento, e ainda das situações emergenciais decorrentes de problemas climáticos, verificadas em 2009, concentram-se em regiões externas aos Territórios da Cidadania. Nestas circunstâncias, as ações do INCRA, nos Territórios, tendem a ser suplementares e de acompanhamento aos programas e projetos desenvolvidos pelos demais intervenientes, na condição de membro do grupo gestor, em conformidade com orientações da Delegacia Regional do MDA.

Os valores não aplicados previstos na PO foram os destinados à execução nos Territórios da Cidadania, para os quais não houve demanda.

3. Elaboração de estudos antropológicos e sócio-históricos

Todos os estudos finalizados no estado (19 estudos) foram realizados através de Convênios com Universidades Federais. A impossibilidade de pagamento de Bolsas em convênios para professores das Universidades, face pareceres jurídicos recentes tem sido um limitador quase intransponível na realização de novos estudos e um dos principais entraves do programa. Os recursos previstos na PO e não descentralizadas estavam destinados a realização desses estudos.

c) Contratações e Parcerias

No decorrer do exercício de 2009 foi construída importante pareceria com os Municípios de Porto Alegre e Viamão, através de assinatura de Termos de Cooperação para realização de ações conjuntas na regularização dos territórios das Comunidades localizadas nesses Municípios. A constituição de equipe multidisciplinar e mult institucional garantirá maior agilidade na titulação das Comunidades Areal, Alpes e Família Fidelix – Município de Porto Alegre e Cantão das Lombas, Anastácia e Botinhas – Município de Viamão.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Área indenizada (há)	68.416,0000	0,65	0	0

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.847.233,14	1.847.233,14	1.847.233,14	100	1.847.233,14	100	1.847.233,14	100

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

Os recursos para indenização de terras em comunidades quilombolas dependem a decretação das mesmas por finalidade étnica pela Presidência da República. Os decretos presidências referentes as Comunidades de São Miguel e Martimianos - Município de Restinga Seca e Casca – Município de Mostardas, conforme mencionado anteriormente ocorreram somente ao final do ano e a indenização das terras dessas comunidades passaram para meta de 2010.

Os recursos relacionados na planilha acima foram aplicados na complementação da indenização das terras do quilombo Família Silva. Por ocasião da avaliação e posterior depósito judicial nas ações desapropriatórias, face ocupação histórica dos quilombolas, parte das terras foram depreciadas em 60%. Decisão judicial determinou a complementação do depósito de acordo com valor de mercado. A decisão judicial que determinou a complementação foi contestada pelo Ministério Público Federal e PFE da Autarquia e encontra-se para decisão final no STJ.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Maria de Lourdes Álvares da Rosa.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁷

⁷ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
								#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

***NÃO SE APLICA A SR11**

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
								#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

***NÃO SE APLICA A SR11**

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a

"alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional formado (un)	338	338	-	100

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
424.980,00	1.111.980,00	1.111.980,00	100	1.111.980,00	100	1.111.980,00	100

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

A meta prevista para 2009 ficou prejudicada tendo em vista a determinação do TCU, ao INCRA, através do Acórdão 2653/2008, para que os Cursos do Pronera fossem precedidos de processo licitatório, não podendo mais ser usado o instrumento do convênio, como se buscou durante todo 2009, instrumentalizar a Pronera para realização de Contratos, não foi possível a implementação das demandas que já tínhamos, só restando darmos continuidade aos 06 convênios educacionais e 01 convênio de reedição de materiais pedagógicos, celebrados em 2008 e Magistério Turma 11, etapa final, celebrado em 2006, sendo beneficiados 338 educandos com (08) cursos de nível médio, e superior profissionalizantes, assim distribuídos: Curso Técnico em Agropecuária/Habilitação Agroecologia-nível médio-T III 53 educandos(as); Curso Técnico em Agropecuária/Habilitação Agroecologia, nível médio, turma IV; 55 educandos(as); Curso Técnico em Administração de Cooperativas,nível médio-Turma XI-40 educandos/as; Curso de Magistério, nível médio Turma XII- 50 educandos/as; Curso Técnico em Saúde Comunitária, nível médio, Turma IV- 40 educandos/as; Curso EJA Médio/Cultura/Rádios Comunitárias-Turma I- 50 educandos/as; Curso de Magistério, nível médio, Turma XI- 50 educandos/as; Curso de Medicina Veterinária-60 educandos/as, curso suspenso, vestibular realizado em abril de 2007, aguardando decisão do STF. O recurso recebido em 2008, R\$240.000,00 para duas etapas deste curso, está em restos a pagar/2008.

Os recursos previstos e empenhados/2009 foram aplicados em 100%.O nível de aproveitamento e formação dos cursos em andamento, dentro das respectivas etapas, foi alcançado. Os resultados obtidos qualificam, valorizam e fortalecem o Programa. Há avanços significativos e importantes no processo educacional do campo, a partir dos cursos de nível médio e superior profissionalizantes, implementados pelo Pronera no RS, são cursos, cuja didática e metodologia de ensino é voltada à realidade do campo e à especificidade das necessidades e demandas do público da Reforma Agrária.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
10.000,00	16.426,10	16.426,10	100	12.853,16	78,25	12.853,16	78,25

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

Os recursos utilizados nesta ação foram utilizados no acompanhamento, supervisão e avaliação da execução dos convênios, que foram realizados mediante visitas locais, com acesso à documentação do setor pedagógico, exame de relatórios parciais e finais das atividades desenvolvidas nas etapas previstas nos respectivos planos de trabalho, com emissão de relatórios técnicos por parte da Asseguradora do Programa.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Vladimir Silva de Lima

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando as unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Família assistida (un)	990	8.440	2.525	852,53

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011, módulo SIR –Monitoramento e avaliação

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
748.349,00	8.597.172,20	8.597.172,20	100	484.546,58	5,63	484.546,58	5,63

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

A partir do ano de 2009, o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), incluindo a elaboração de Planos de Desenvolvimento (PDA) ou Planos de Recuperação (PRA), está baseado em contratos com empresas prestadoras de serviço (Emater, Coptec e Cetap), fruto da Concorrência nº 03/2008, tipo técnica e preço. Foram formalizados contratos para 18 Núcleos Operacionais, que congregam projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA/RS. Este processo envolveu 83 municípios, 284 assentamentos e 9.838 famílias assentadas. No ano de 2009, no final do exercício, foram formalizados termos aditivos nos 18 contratos, visando a alocação de recursos orçamentários para o segundo ano dos serviços de ATES, a prorrogação da vigência por mais um ano, a definição das metas físicas para o novo período e a ampliação do prazo para o cumprimento das metas do PDA/PRA, além da ampliação do número de famílias em 04 Núcleos Operacionais, que incorporaram assentamentos antes atendidos pelos convênios do Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária – PAC (totalizando 10.231 famílias). Ainda em 2009, foi realizada a Concorrência nº 03/2009, nos mesmos moldes da realizada em 2008, visando a contratação de ATES e PDA para 734 famílias assentadas em assentamentos novos da região de São Gabriel, cuja finalização do processo licitatório ocorrerá em março/2010 (quando teremos um total de 10.965 famílias atendidas) Com isto, no RS, o programa de ATES atende a quase totalidade das famílias assentadas, com exceção das famílias que estão contempladas pelo PAC do PA Viamão, que tem assistência técnica financiada pelo próprio programa, e aquelas integrantes de PA's oficialmente consolidados (famílias tituladas em PA's com Portaria de Consolidação).

O Programa de ATES, antes alicerçado em convênios, ganhou uma nova dinâmica com a utilização dos contratos, obrigando o INCRA a se organizar para dar conta das ações administrativas e de acompanhamento e fiscalização de todos os Núcleos Operacionais. Este processo é realizado de forma contínua (mês a mês), com a seguinte sequência de procedimentos: 1º) apresentação das faturas mensais pelas prestadoras; 2º) emissão do relatório de atividades do SAMA (Sistema de Avaliação e Monitoramento de ATES), onde é avaliado o cumprimento das metas pactuadas no contrato pelas prestadoras no referido mês; 3º) realização de atividades de fiscalização a campo pelos fiscais e pelos gestores dos contratos, por amostragem, culminando na elaboração de relatórios mensais de fiscalização; 4º) realização de reunião mensal do Grupo Gestor dos Contratos de ATES/RS, onde são avaliadas as ações de ATES no referido mês e são definidos os critérios para pagamento das faturas; 5º) com base no relatório do SAMA e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Grupo Gestor dos Contratos de ATES/RS, é elaborada a planilha das

metas de ATES do mês, onde são avaliadas as atividades desenvolvidas em cada uma das metas pactuadas, e são calculados os descontos das faturas referentes às atividades porventura não realizadas no referido mês e os valores referentes às metas recuperadas dos meses anteriores; 6º) verificação da situação cadastral das prestadoras, através do extrato SICAF. Com isto, entendemos que o INCRA/RS está realizando todos os esforços para o acompanhamento e a fiscalização dos contratos de ATES, visando avaliar quantitativamente e qualitativamente as ações desenvolvidas pelas equipes técnicas nos assentamentos.

Além da ação direta do INCRA, contamos desde o início das atividades de ATES em 2009 com o Programa de Articuladores de ATES, formalizado através de Termo de Cooperação com a UFSM, que proporciona apoio metodológico e de planejamento às equipes técnicas e na elaboração do PDA/PRA, além de contribuir com a sistematização das ações desenvolvidas e avaliação das metas executadas. Temos ainda duas instâncias de acompanhamentos e avaliação do Programa de ATES no RS: a) o *Conselho Estadual de ATES*, composto por várias entidades afins ao programa, entre elas o INCRA, as prestadoras de ATES (CETAP, COPTec e EMATER), a Embrapa, a UFSM, a UFRGS, o DDA (Departamento de Desenvolvimento Agrário do Governo do Estado do RS) e a COCEARGS, que se reúne periodicamente para discutir o programa de ATES e nivelar ações e procedimentos; b) os *Conselhos Regionais de ATES*, formado em todos os 18 Núcleos Operacionais, compostos pelo INCRA, Articuladores de ATES, prestadora de ATES e representantes de todos os assentamentos que compõem cada Núcleo Operacional, que se reúne periodicamente para avaliar as ações de ATES nos Núcleos Operacionais e realizar um planejamento conjunto das ações do próximo período, além de ser um espaço de nivelamento de várias questões institucionais com os assentamentos.

Além dos aditivos referidos acima, no ano de 2009 foi formalizado contrato emergencial de ATES para o atendimento de 11 assentamentos novos criados no final de 2008 e no início de 2009 na região de São Gabriel. O contrato emergencial teve duração de 6 meses a partir do mês de julho, sendo que foi realizada nova concorrência para a contratação da ATES definitiva. Além disso, em 2009 foi garantida a continuidade dos convênios com a *Fapeg/Embrapa* (tem por objeto a transferência de tecnologias e a capacitação de assentados e de técnicos que atuam na ATES nos assentamentos, com a realização de um conjunto de ações que visam fortalecer a capacidade de decisão técnica dos assentados da reforma agrária, por intermédio da cooperação institucional e do intercâmbio de conhecimentos, com vistas ao desenvolvimento sustentável e solidário das comunidades assentadas) e com a *Coptec* (desenvolvimento do Projeto Leite Sul – tem por objeto a prestação de serviços de assessoria técnica especializada para capacitação de técnicos e agricultores assentados em produção de leite à base de pasto em sistema de Pastoreio Racional Voisin, no desenvolvimento da cadeia produtiva e no fomento da cooperação).

Quanto ao cumprimento da meta física, a “meta realizada” refere-se às famílias atendidas no ano pelas prestadoras referente aos 18 contratos de ATES. A “meta a ser realizada em 2010” corresponde ao saldo das famílias dos contratos, o acréscimo das famílias do PAC e as famílias dos assentamentos novos da região de São Gabriel. Ressaltamos que os contratos de ATES no ano de 2009 foram custeados com recursos empenhados no exercício 2008 (que ficaram em restos a pagar em 2009).

Do ponto de vista orçamentário, os recursos empenhados em 2009 referem-se aos aditivos dos 18 contratos de ATES (para ações em 2010), ao contrato emergencial para atender os assentamentos novos da região de São Gabriel (grande parte realizado em 2009), e para atender parcela prevista nos convênios da Coptec/Leite Sul e da FAPEG/Embrapa (para ações em 2010), razão pela qual grande parte dos recursos foram inscritos em restos a pagar.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009 e PPA2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
48.287,00	207.152,67	207.152,67	100	187.583,00	90,55	187.583,00	90,55

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

A PO 2009 para o INCRA/RS nesta ação (Gestão e Administração do Programa – GAP) previa um valor de R\$ 48.287,00. Este valor se revelou insuficiente para atender todas as ações vinculadas ao programa, tendo em vista as despesas operacionais necessárias para as atividades de acompanhamento e fiscalização do Programa de ATEs no RS. Tendo em vista esta realidade, durante o exercício ocorreu a descentralização de recursos adicionais, resultando na disponibilidade de R\$ 207.152,67, com empenho da totalidade destes recursos (100 %).

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Elisete Maria Guntzel Ramos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: INCRA-SEDE e Superintendência Regional do Rio Grande do Sul.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009 e PPA2008-2011.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
867.618,00	1.997.444,79	1.997.322,79	99,99	1.570.214,61	78,61	1.567.122,76	78,46

Fonte: LOA 2009, PPA2008-2011 e SIAFI

Principais Resultados:

No ano de 2009 a Divisão de Administração, respondendo pela competência que lhe é atribuída, buscou atender às demandas da Autarquia, salientando o suporte às ações finalísticas destacando a colheita do arroz e retomada de lotes em Viamão, assim como a instalação do escritório em São Gabriel, sendo responsável pela construção de todos os processos licitatórios. Foram adquiridas em 2009, 6 viaturas (3 Rangers e 3 Sanderos), móveis e equipamentos para responder às necessidades do órgão. Foi executada a reforma no andar térreo e a reinauguração do restaurante. Reestruturou-se o Setor de Convênios, apresentando em 2009 a consolidação do sistema de controle e acompanhamento e a busca de recursos humanos compatíveis com a área, estando em discussão a padronização dos documentos internos utilizados. O Almoxarifado passou por uma mudança no controle e entrega de materiais, racionalizando as solicitações. Foi propiciado ao quadro de pessoal ginástica laboral, atividades esportivas, comemoração de datas específicas, curso de Desenvolvimento em Gestão, realizado pela ABRH/RS, com foco na gestão de pessoas. Foram realizados uma média anual de 10.000 lançamentos no SIAFI, acrescidos de registros no SICONV, inúmeros cálculos de atualização de títulos de domínio e o cadastro de inúmeras entidades no SICONV.

Principais Problemas:

Constata-se a necessidade urgente de complementação de quadro de pessoal em toda a instituição para responder pelas demandas a cada dia maiores, haja vista as demandas crescentes oriundas das aquisições de terras realizadas em 2009 e a redução de pessoal de 2008 para 2009. O quadro de pessoal concursado da superintendência teve um decréscimo de 12 servidores (entre remoções, exoneração, aposentadorias e licenças), pouco mais de 10%. Além disso, pelo menos outros 12 servidores já estão em condições de se aposentar (recebem abono permanência). Há a estimativa de possibilidade de redução do quadro de até 50% em 5 anos, em virtude de iminência de aposentadoria e média anual de decréscimo do quadro. O quadro atual de servidores representa praticamente apenas a **metade** daquilo que seria considerado o ideal para o bom funcionamento da superintendência.

No que se refere aos Convênios em 2009 apresentou-se dificuldades relacionadas com a implantação do SICONV, no que se refere a complexidade do sistema e a necessidade de capacitação para sua utilização, tanto para a Concedente quanto às Convenientes.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
30.000,00	294.175,05	294.175,05	100	118.427,15	40,25	118.427,15	40,25

Fonte: LOA 2009, PO2009 e SIAFI

As despesas totalizaram o valor de R\$294.175,05 e foram distribuídas da seguinte forma:

Despesas correntes:

339037 – R\$116.110,18 - pagamento de contrato de técnicos de informática

339030 – R\$160.295,15 - aquisição de material de expediente, de informática

339039 – R\$3.008,72 – manutenção de equipamentos de informática

Despesas de Capital:

449052 - 14.760,00 - aquisição de impressoras e monitores LCD

Principais resultados

A ação de informática propiciou à SR11, ampliar o número de técnicos de informática contratados (de 03 em 2008 para 04 em 2009), prestando suporte à Rede e aos usuários com maior agilidade e eficiência.

Além dos 1479 chamados atendidos pelos técnicos de informática em 2009, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Elaboração de servidor proxy próprio; Duas reestruturações de domínio;
- Instalação do sistema de back-up; Reinstalação dos servidores;
- Instalação do proxy da sede; Reestruturação da segurança da rede wireless;
- Suporte ao sistema SDP; Distribuição de 18 monitores LCD e cinco computadores enviados pela sede.

Dentre os equipamentos adquiridos em 2009, estão elencados; 01 Multímetro digital; 1 Antena parabólica wireless USB; 1 Rolo de 300 metros de cabo de rede CAT6; 3 Access Point; 15 Conectores de rede; 6 Adaptadores de vídeo; 11 Fontes de alimentação; 1 Placa Mãe; 1 Processador; 2 Memórias; 1 Unidade de disco óptico; 1 Disco Rígido; 1 Placa de Vídeo; 2 Monitores 22"; 1 Gabinete; 16 Monitores 17"; 3 Discos rígidos externos; 3 Fontes de alimentação, 1 No-break; 10 Pendrives; 2 Gavetas externas para HD; 2 Cabos e-sata, 2 Impressora jato de tinta A3; 1 Par de rádios intercomunicadores.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

Não se aplica à SR11

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	7.292,40	5.467,20	7.292,40	5.467,20
Tomada de Preços	748.742,98	1.331.908,91	748.742,98	1.331.908,91
Concorrência	12.835.893,88	10.039.420,99	12.835.893,88	10.039.420,99
Pregão	4.932.829,45	3.169.660,45	4.932.829,45	3.169.660,45
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	331.680,44	1.342.322,59	331.680,44	1.342.322,59
Inexigibilidade	443.949,31	184.223,69	443.949,31	184.223,69
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	275.960,25	339.277,16	275.622,25	339.277,16
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	25.461,70	11.284,21	25.461,70	11.284,21
Diárias	436.942,53	569.400,17	436.942,53	569.400,17
Outros	139.022.768,66	54.682.819,22	139.022.768,66	54.682.819,22

Fonte: SIAFI

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	25.461,70	11.284,21	25.461,70	11.284,21	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	25.461,70	11.284,21	25.461,70	11.284,21	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	20.509.298,68	15.104.494,89	20.509.298,68	15.104.494,89	3.214.304,90	8.928.099,04	606.402,67	775.497,42
1º elemento de despesa	9.405.941,76	7.533.769,14	9.405.941,76	7.533.769,14	2.120.272,91	6.426.496,93	606.402,67	85.064,04
2º elemento de despesa	6.987.598,98	3.325.763,32	6.987.598,98	3.325.763,32	761.474,34	1.809.832,98	-	-
3º elemento de despesa	1.609.832,58	325.946,01	1.609.832,58	325.946,01	273.623,61	64.793,99	-	31.009,15
Demais elementos do grupo	2.505.925,36	3.919.016,42	2.505.925,36	3.919.016,42	58.934,04	626.975,14	-	659.424,23

Fonte: SIAFI

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	16.049.600,61	14.126.597,84	16.049.600,61	14.126.597,84	6.065.195,51	10.646.204,64	45.021,36	589.108,81
1º elemento de despesa	8.405.393,33	5.458.470,63	8.405.393,33	5.458.470,63	2.548.976,59	4.327.358,32	13.161,36	121.022,42
2º elemento de despesa	6.284.150,27	7.720.055,93	6.284.150,27	7.720.055,93	3.071.667,62	5.426.735,64	-	431.300,02
3º elemento de despesa	1.283.475,27	657.864,92	1.283.475,27	657.864,92	444.551,30	636.835,92	31.000,00	18.739,00
Demais elementos do grupo	76.581,74	290.206,36	76.581,74	290.206,36	-	255.274,76	860,00	18.047,37
5 - Inversões Financeiras	122.040.218,08	41.864.007,48	122.040.218,08	41.864.007,48	2.409.200,00	11.326.196,12	—	1.017.600,00
1º elemento de despesa	114.810.618,08	28.844.407,48	114.810.618,08	28.844.407,48	2.409.200,00	1.796,12	-	-
2º elemento de despesa	7.229.600,00	13.019.600,00	7.229.600,00	13.019.600,00	-	11.324.400,00	-	1.017.600,00
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	122.976,71	157.913,03	140.759,30
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	350.682,73	436.942,53	569.400,17
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	840.389,80	960.587,43	1.729.222,38
3.1. Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	165.963,51	161.149,25	808.898,43
3.3. Tecnologia da informação	108.589,96	109.260,04	125.304,64
3.4. Outras Terceirizações	565.836,33	690.178,14	795.019,31
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	245.470,36	265.666,73	268.132,82
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	1.559.519,60	1.821.109,72	2.707.514,67

Fonte: SIAFI

Os Gastos Gerais da Unidade aumentaram em 73,61% do ano de 2008 para o ano de 2009. Os principais fatores que ocasionaram este aumento foram o decreto que corrigiu os valores das diárias, a implantação de um escritório regional da Autarquia no município de São Gabriel/RS e uma Ordem Judicial (num processo de reintegração de lotes no município de Viamão/RS) que determinou que o Incra/RS contratasse vigilância privada para a guarda destes lotes e benfeitorias localizadas sobre os mesmos. Para a operacionalização do escritório de São Gabriel, foi necessário aditivar os contratos de serviços de apoio administrativo, de tecnologia da informação e de limpeza e conservação. Para o cumprimento da ordem judicial de Viamão/RS foi necessário contratar vigilância armada privada com valor adicional de R\$ 590.175,34.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

3 Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	108	110	215
Próprios	104	110	215
Requisitados	4	0	0
Celetistas	0	0	0
Cargos de livre provimento	6	6	28
Estatutários	6	6	28
Não Estatutários	0	0	0
Terceirizados	45	45	10
Total	159	161	253

Fonte: Extrator SIAPE, banco de dados da SR11, estimativa de chefias

Observação:

Total DASs (11 servidores do quadro (próprios) e 06 com cargos de livre nomeação e exoneração (estatutários) que recebem opção DAS): 17

Lotação Ideal

Através de levantamento realizado junto às chefias de cada setor do Incra, concluiu-se que a lotação considerada ideal para que o Incra atingisse minimamente suas metas e missões ficaria da seguinte maneira.

Percebe-se que, na avaliação dos gestores do Incra/RS, a superintendência está operando com apenas **57%** daquilo que é considerado o ideal para cumprimento das metas e da missão da autarquia.

Importante ressaltar que essa estimativa desconsidera fatores como probabilidade de aposentadoria e exonerações por admissão em outros concursos nos próximos anos. Estima-se que o quadro de servidores pode ser reduzido pela metade, dentro de 5 anos, em virtude destes fatores. Ou seja, apenas para reposição de eventuais decréscimos no quadro atual (que está bem abaixo do ideal), seria necessário pelo menos 50 servidores novos.

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	110	R\$1.706.430,12	177.049,83	3.544.828,72	171.611,97	0,00
2008	118	2.602.904,40	225.664,29	4.088.924,02	270.144,56	0,00
2009	110	3.899.243,57	217.867,41	2.509.418,57	364.430,90	4.251,64
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	6	168.717,15	0	0	0	0
2008	8	224.540,95	0	0	0	0
2009	6	247.523,69	0	0	0	0
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	07	165.963,51	34	674.426,29	0	0	07	24.234,96
2008	10	167.033,10	36	793.554,33	0	0	08	34.720,83
2009	10	218.723,09	38	920.323,95	0	0	09	57.719,45

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
			Início	Fim	Médio		Superior		
					AT	EF	AT	EF	
O	RS/1350/2008	00932422000103	24/04/2009	23/04/2010	33	33	0	0	P
Observação: Contrato de Serviços de Secretariado e Atividades de Manutenção e Manobrista									

Fonte: CONTRATO RS/1350/2008

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
			Início	Fim	Médio		Superior		
AT	EF	AT			EF				
O	RS/1450/2008	08944501000138	26/06/2009	25/06/2010	4	4	0	0	P
Observação: Contrato de Serviços de Vigilância Armada									

Fonte: CONTRATO RS/1450/2008

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
O	RS/10690/2006	94823408000107	25/12/2009	24/12/2010	4	4	0	0	P
Observação: Contrato de Serviços de Informática									

Fonte: CONTRATO RS/10690/2006

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
					Médio		Superior		
Início	Fim	AT	EF	AT	EF				
O	RS/1450/2009	03149832000162	04/02/2010	03/02/2011	6	6	0	0	P
Observação: Contrato de Serviços de Limpeza e Conservação									

Fonte: CONTRATO RS/1450/2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
			Médio	Superior					
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
O	RS/2210/2009	03149832000162	21/12/2009	20/12/2010	1	1	0	0	A
Observação: Contrato de Serviços de Copeiragem									

Fonte: CONTRATO RS/2210/2009

Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
Observação:									

Não se aplica à SR11, pois não foi celebrado contrato com esta característica.

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

Foi realizado um estudo relativo à possibilidade de aposentadorias nos próximos anos, chegando-se a seguinte conclusão:

- Servidores que podem aposentar-se de imediato = 11% do quadro
- Possibilidade de aposentadoria em até 5 anos = 45% do quadro
- Possibilidade de aposentadoria em até 10 anos = 57% do quadro

Além disso, fez-se um estudo em relação aos últimos dois concursos:

- Taxa média de redução do quadro por ano em relação aos 2 últimos concursos: 2,5% ao ano do número total de admitidos
- Taxa média de redução do quadro por ano em relação apenas ao último concurso: 6,5% ao ano do número total de admitidos

Outro estudo realizado diz respeito à distribuição por faixa de idade do quadro de servidores:

IDADE	TOTAL
24-29	10
30-39	27
40-49	32
50-59	29
60 ou mais	8
TOTAL	106

O último indicador diz respeito às licenças médicas, que ocorreram da seguinte maneira:

PERÍODO	(%)
Até 5 dias	61%
6 a 15 dias	17%
16 a 29 dias	9%
30 ou mais	13%
Total	100%

Em relação ao quadro, cerca de 23% dos servidores esteve de licença médica no decorrer do ano de 2009.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

Em relação aos dados apresentados, pode-se concluir alguns pontos:

- Quadro de servidores pode ser reduzido pela metade em menos de 5 anos, considerando-se a iminência de aposentadoria de cerca de 45% do quadro, mais a taxa de 2,5% de redução anual em relação aos dois últimos concursos.

4 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
TOTAL					

Fonte:

Não se aplica à SR11

5 Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	276.679,74	120,00	276.559,74	0
2007	3.502,91	0	3.502,91	0
2006	3.551.950,98	7.950,98	3.267.706,00	276.294,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	33.284.807,91			
2008	73.432.545,19	410.939,19	60.680.100,51	12.341.505,49
2007	8.792.769,90	2.961.826,05	2.689.805,34	3.141.138,51
2006	660.816,68	660.816,68	0	0
Observações:				

Fonte: SIAFI

6 Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedete(s)									
UG: 373072				Denominação: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					
CNPJ: 00.375.972/0013-02									
Tipo	SIAFI/ SICONV	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartid a Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no Exercício	Vigência		Sit.
							INÍCIO	FIM	
1	512993	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SÃO MANOEL	1.117.502,39	11.064,38	1.106.437,51	329.729,49	01/12/04	30/12/11	0
1	513125	ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS ASSENTADOS DO CERRO DOS MUNHÓS E BOM SERÁ	1.503.343,46	15.033,43	1.488.310,03	547.640,16	03/12/04	31/12/11	0
1	513171	ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS CERRO DA CRUZ	1.197.095,69	11.970,96	1.185.124,73	348.329,15	03/12/04	31/12/11	0
1	517382	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	1.791.177,94	52.820,00	1.738.357,94	-	23/12/04	15/06/09	0
1	517602	ASSOCIAÇÃO CONQUISTA DO JACUARDÃO	1.853.260,74	18.522,61	1.738.422,02	547.208,18	24/12/04	31/12/11	0

		JAGUARÃO		18.532,61	1.728.422,03	547.308,18			
1	517671	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	1.989.952,32	291.000,00	1.698.952,32	-	31/12/04	30/11/09	0
1	523040	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CONQUISTA DA LIBERDADE	931.643,40	9.316,43	585.286,24	-	16/05/05	31/12/11	0
1	533242	ITERRA - INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA	549.630,00	50.100,00	499.530,00	74.980,00	15/12/05	15/06/09	0
1	535565	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ	5.958.356,08	531.352,69	3.814.885,37	652.611,90	26/12/05	31/12/10	0
1	577966	CEPPA - CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E PESQUISA EM AGROECOLOGIA	16.146.234,95	2.098.505,80	3.723.706,00	3.267.706,00	27/12/06	31/12/10	0
1	578829	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ	800.418,55	24.012,56	776.405,99	55.000,00	26/12/06	28/08/09	0
1	579067	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA	330.604,54	66.120,91	250.000,00	-	28/12/06	27/09/09	0
1	579490	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO CIPÓ	218.207,19	9.687,25	208.519,94	-	29/12/06	29/04/10	0

1	579493	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS	378.577,94	14.950,97	171.076,97	-	29/12/06	31/12/10	0
1	579503	PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO ME TOQUE	647.388,64	33.554,42	613.834,22	-	29/12/06	25/12/09	0
1	582159	FUNDAÇÃO SIMON BOLIVAR	3.600.000,00	600.000,00	1.553.160,00	-	28/12/06	30/03/11	0
1	585728	COOPAT - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS DE TAPES	175.232,08	5.256,97	169.975,11	52.612,76	29/12/06	30/06/09	0
1	586501	PREFEITURA MUNICIPAL DE JÓIA	282.180,55	8.465,42	273.715,13	109.715,13	29/12/06	27/10/09	0
1	586505	PREFEITURA MUNICIPAL DE JÚLIO DE CASTILHOS	547.418,09	18.032,98	529.385,11	139.148,75	29/12/06	22/06/10	0
1	586509	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES	506.883,20	101.376,64	405.506,56	56.843,28	29/12/06	23/05/10	0
1	586536	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU	163.047,35	35.235,62	127.811,73	55.239,73	29/12/06	26/04/10	0
1	586543	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU	273.511,67	54.702,69	218.808,98	70.458,40	29/12/06	26/04/10	0
1	586547	PREFEITURA MUNICIPAL DE JÓIA	249.133,42	11.924,00	237.209,42	62.209,42	29/12/06	21/06/10	0

1	586556	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI	358.928,89	16.171,33	342.757,56	177.757,56	29/12/06	27/12/09	0
1	590096	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	673.876,00	72.000,00	532.632,15	-	28/12/06	31/12/10	0
1	593655	FUNDAÇÃO SIMON BOLIVAR	1.168.600,00	178.600,00	90.000,00	-	13/09/07	13/05/13	0
1	599214	PREFEITURA MUNICIPAL DE JÓIA	189.787,45	9.292,17	140.495,28	40.495,28	24/12/07	22/06/10	0
1	599223	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI	316.062,64	9.481,88	206.580,76	-	24/12/07	19/12/10	0
1	599228	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS	291.216,30	8.736,49	191.239,90	-	24/12/07	24/12/10	0
1	600099	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ	279.033,76	17.316,53	131.717,23	-	27/12/07	26/05/10	0
1	600744	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	486.908,52	14.908,52	472.000,00	150.000,00	28/12/07	23/04/10	0
1	600759	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO GRANDE	170.623,15	5.118,69	65.504,46	-	28/12/07	24/12/10	0
1	601627	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI	309.061,57	9.300,00	75.000,00	-	31/12/07	31/12/10	0

1	602929	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	255.418,58	58.571,58	196.847,00	-	22/12/07	20/01/09	0
1	603284	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO	434.131,50	18.362,50	415.769,00	80.000,00	31/12/07	31/03/10	0
1	633520	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	585.312,00	15.312,00	285.000,00	190.000,00	29/08/08	29/08/11	0
1	700265	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	319.692,40	9.692,40	310.000,00	160.000,00	13/11/08	31/07/10	0
1	700272	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	574.679,00	14.679,00	240.000,00	240.000,00	17/11/08	30/06/12	0
1	700363	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	584.184,00	14.184,00	290.000,00	195.000,00	24/11/08	31/12/11	0
1	700877	INSTITUTO EDUCAR	753.900,00	11.900,00	212.000,00	212.000,00	08/12/08	31/12/11	0
1	700883	INSTITUTO EDUCAR	781.900,00	11.900,00	220.000,00	110.000,00	10/12/08	31/12/11	0
1	701614	FAPEG/ EMBRAPA	2.989.493,12	275.226,40	784.286,12	784.286,12	29/12/08	28/12/11	0

				375.206,40	784.286,12	784.286,12			
1	701647	COPTEC - COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS	3.332.963,02	36.000,00	748.497,07	748.497,07	29/12/08	28/12/11	0
1	701653	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	506.942,65	6.942,65	500.000,00	500.000,00	29/12/08	28/12/09	0
1	701803	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL	839.685,00	8.396,85	-	-	31/12/08	31/12/10	0
1	702227	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	266.500,00	2.665,00	263.835,00	263.835,00	30/12/08	31/05/09	0
1	702294	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI	394.763,72	5.927,64	-	-	06/01/09	31/12/10	0
1	702527	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	423.870,72	81.000,00	171.435,36	-	30/12/08	30/04/10	0
1	702548	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ	205.168,49	10.168,49	195.000,00	195.000,00	06/01/09	05/01/10	0
1	702551	PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL	314.262,00	4.262,00	-	-	31/12/08	31/12/10	0

1	702563	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA	563.679,00	17.000,00	273.339,50	273.339,50	30/12/08	30/12/10	0
1	702565	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ	442.945,07	17.945,07	425.000,00	425.000,00	29/12/08	31/12/09	0
1	702635	PREFEITURA MUNICIPAL DE HULHA NEGRA	2.082.961,71	62.488,85	548.000,00	548.000,00	31/12/08	05/07/10	0
1	702645	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	2.100.165,59	65.165,59	1.295.500,00	1.295.500,00	30/12/08	05/07/10	0
1	702843	INSTITUIÇÃO SINODAL DE ASSISTÊNCIA EDUCAÇÃO E CULTURA	241.307,20	26.156,00	100.000,00	100.000,00	31/12/08	31/12/09	0
1	713972	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI	233.636,38	2.336,36	131.300,02	-	31/12/09	31/12/10	0
1	721531	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO OSÓRIO	550.412,90	5.504,15	176.210,12	176.210,12	21/12/09	21/06/11	0
1	722382	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ	446.207,77	4.462,10	150.000,00	150.000,00	21/12/09	21/12/10	0
1	722390	PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL	518.387,07	119.004,46	266.000,00	133.000,00	21/12/09	21/12/10	0
1	722402	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURANGIPETÁ	1.914.807,19	19.148,07	-	-	31/12/09	31/12/11	0

		TUPANCIRETÃ		19.148,07		-			
1	722403	PREFEITURA MUNICIPAL DE JÓIA	235.578,41	51.354,86	100.000,00	-	31/12/09	31/12/10	0
1	722534	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS	532.599,01	132.113,91		-	21/12/09	21/12/10	0
1	723073	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO	349.022,58	6.843,58		-	30/12/09	30/12/11	0
1	723089	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS	269.816,52	10.377,55		-	31/12/09	31/12/11	0
1	723101	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS	357.017,39	7.000,00		-	31/12/09	31/12/11	0
1	723258	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO MACHADO	253.030,83	9.744,09		-	21/12/09	21/12/10	0
1	723497	PREFEITURA MUNICIPAL DE HULHA NEGRA	927.366,45	87.421,64	300.000,00	-	28/12/09	28/12/10	0
1	723582	PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCURZILHADA DO SUL	340.294,34	13.088,24		-	31/12/09	31/12/11	0
1	723975	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	560.842,69	38.502,92	180.000,00	180.000,00	30/12/09	30/12/10	0
1	724342	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	110.637,96	1.127,06		-	30/12/09	30/12/10	0

		CANDIOTA		1.137,96		-			
1	724553	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL	556.797,91	5.568,00	247.863,63	-	31/12/09	30/12/10	0
1	724790	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPES	334.305,10	9.737,10	-	-	31/12/09	31/12/11	0
1	726332	INSTITUTO CURICACA	408.866,00	8.500,00	200.000,00	-	28/12/09	27/08/11	0
1	726596	INSTITUTO DE PERMACULTURA E ECOVILAS DA PAMPA-IPEP	708.656,75	14.235,00	498.736,40	498.736,40	30/12/09	30/12/11	0

Fonte: Banco de Dados interno, SIAFI e SICONV

Análise Crítica

Consideramos que a situação da gestão das transferências vigentes é precária em razão das dificuldades encontradas por conta do grande número de transferências em relação ao reduzido efetivo de servidores na área de análise de prestação de contas.

Por outro lado, tem-se enfrentado sérias dificuldades relacionadas à operacionalização do SICONV, programa que tem se mostrado instável e que atualmente se apresenta em descompasso com as exigências legais impostas pela portaria interministerial 127/2008.

É considerável a possibilidade de que a médio prazo alguns prazos sejam perdidos em decorrência desta condição e mantidas estas condições a longo prazo o cenário é de acúmulo de passivo de análise de prestações de contas.

Quanto ao cumprimento aos quesitos legais trazidos para nossa manifestação estamos cientes e podemos afirmar categoricamente:

- a) as transferências estão de acordo com o disposto no artigo 35 do decreto 93.872/86, ou seja, os empenhos não liquidados não foram anulados pois se enquadram na exceção disposta na alínea III.
- b) as transferências estão de acordo com o artigo 12, § 1º, do decreto 6752/2009 com redação dada pelo decreto 7.042 de 2009.

as dotações orçamentárias referidas na lei foram empenhadas até 31/12/2009 e as transferências relacionadas aos novos convênios foram, sem exceção, formalizadas até 31/12/2009 como preconiza o dispositivo legal acima exposto

7 Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica à SR11

8 Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica à SR11.

9 Renúncias tributárias

Não se aplica à SR11.

10 Operações de fundos

Não se aplica à SR11.

11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

Relatório nº: 224933

1. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1

1.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomenda-se ao INCRA/RS que, na formalização dos processos de obtenção de terras, seja observada a adequada instrumentalização dos autos com a juntada de documentos necessários à comprovação do atendimento às eventuais recomendações de sua Procuradoria Especializada.

Setor responsável pela implementação: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.

Providências a serem implementadas

Estão sendo observadas as recomendações da Procuradoria Especializada nos processos que ainda não foram objeto de análise. Foram juntados os documentos nos processos que estão em andamento.

1.2 RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos que a SR11/INCRA-RS junte aos autos dos processos de desapropriação os documentos comprovantes da finalização do encadeamento dominial, bem como das respostas às consultas efetuadas aos diversos órgãos envolvidos tais como IBAMA, DNPM, GRPU, FUNAI e MDA.

Setor responsável pela implementação: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.

Providências a serem implementadas

Os documentos comprovantes da finalização do encadeamento dominial foram juntados nos processos de desapropriação, bem como nos futuros processos serão juntados os documentos anteriormente referidos. Os documentos comprovantes da finalização do encadeamento dominial foram juntados nos processos abertos até a presente data.

2. Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1

2.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomenda-se ao INCRA/RS que, nas contratações por dispensa de licitação,

quando os bens ou serviços contratados forem de natureza distinta e divisível, seja evitada a modalidade de ressarcimento de despesas a uma instituição determinada, alheia ao ramo de mercado do objeto pretendido, promovendo-se o respectivo certame individualmente para cada tipo de despesa, com empresas do respectivo ramo de mercado.

Setor responsável pela implementação: Divisão de Administração/Serviço de Administração e Serviços Gerais

Providências a serem implementadas

Serão observados em todos os procedimentos de dispensa de licitação, que versarem na aquisição de bens ou de serviços de natureza distinta e divisível, a individualização dos certames.

3. Item do Relatório de Auditoria: 3.1.2.1

3.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomenda-se ao INCRA/RS que promova o adequado acompanhamento da execução de seus contratos, realizando os devidos aditamentos sempre que ainda presentes pendências contratuais, sejam elas financeiras ou não.

Setor responsável pela implementação: Divisão de Administração/Serviço de Administração e Serviços Gerais

Providências a serem implementadas

Os contratos serão adequadamente acompanhados, bem como os aditivos, na medida da necessidade serão devidamente providenciados. Foi definido o servidor Dionísio Weschenfelder, conjuntamente com a chefe, Elenice F. Conti, para gerenciar os contratos.

4. Item do Relatório de Auditoria: 4.1.1.1

4.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomenda-se ao INCRA/RS que em todos os convênios em que houver a participação de entidades que de alguma forma venham a interferir no processo, sejam todas as chamadas a firmar o respectivo termo na qualidade de intervenientes.

Setor responsável pela implementação: Divisão de Administração/Convênios e Asseguradores de convênios das Divisões.

Providências a serem implementadas

Está sendo verificado em todos os convênios se há participação de entidades que de alguma forma possam intervir nos processos.

4.2 RECOMENDAÇÃO: 002

Recomenda-se, ainda, que seja efetuado o devido aditamento relativamente Convênio nº 700883/2008, com a inclusão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul como parte interveniente.

Setor responsável pela implementação: Asseguradora do Convênio e Divisão de Administração/Convênios

Providências a serem implementadas

Foi providenciado Aditivo ao convênio nº 700883/2008, incluindo o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como interveniente.

5. Item do Relatório de Auditoria: 5.1.1.1

5.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos, a fim de garantir a boa e regular aplicação dos recursos públicos e o atingimento dos objetivos propostos nos planos de trabalho, recomendamos à SR-11/RS que preveja as ações inerentes ao controle e fiscalização a seu cargo dos convênios em que figure como concedente, de forma a dar cumprimento às normas que sujeitam tais instrumentos, mais especificamente ao art. 23 da IN/STN nº 01/97, ao disposto no Capítulo V da Portaria Interministerial nº 127, de 29.05.2008, que estabelece normas para a execução do disposto no Decreto 6.170/2007, e, ainda, à determinação consignada no subitem 9.13 do Acórdão nº 2.261/2005 - TCU - Plenário, a seguir transcrita:

"9.13. determinar ao INCRA, ao Ministério da Cultura, ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que executem a fiscalização e acompanhamento sobre a execução local dos objetos conveniados, de modo a dar fiel cumprimento às disposições contidas no art. 23; no art. 10, § 6º, do Decreto-lei nº 200/1967; no art. 54 do Decreto nº 93.872/1986; no § 3º, inciso I, do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, bem como as disposições no mesmo sentido constantes nas Leis de Diretrizes Orçamentárias aprovadas para cada exercício;"

Setor responsável pela implementação: Asseguradores dos convênios

Providências a serem implementadas

Foi definido, em reunião de direção, no mínimo, 01 visita técnica “*in loco*” nos convênios, que forem necessários. Por ocasião da análise das prestações de contas, é exigido e verificado o relatório do assegurado comprovando a visita técnica “*in loco*”

11B. Determinações e recomendações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-021.100/2007-5	988/2009 – 2ª Câmara	1.5.1	Determinação	Ofício nº 314/2009-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL					-
Descrição da Deliberação:					
“1.5.1. ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Rio Grande do Sul que: 1.5.1.1. não admita, com relação às despesas por suprimentos de fundos, a comprovação de gastos mediante documentos com valores fracionados referentes a um mesmo objeto a fim de enquadrá-las como de pequeno vulto, face à expressa vedação prevista no art. 2º, § 2º, da Portaria MF nº 95/2002, bem como a determinação deste Tribunal de Contas constante no item 9.2.4 do Acórdão nº 1.783/2004 - Plenário; 1.5.1.2. exija, quando houver saque em espécie nos Cartões de Pagamento do Governo Federal - CPGF, a devida justificativa do responsável, conforme art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.355/2005, e atente para o caráter excepcional dessa modalidade, conforme previsto no item 2.6.1 da Macrofunção 02.11.34 do Manual SIAFI; 1.5.1.3. se o saque referido no item anterior realmente for justificável, observe ainda que esse procedimento depende de prévia autorização do ordenador de despesas e que a autorização deve ser devidamente formalizada, explicitando-se os fundamentos que a justificaram; 1.5.1.4. avalie a conveniência de utilizar a prerrogativa de controle e fiscalização prevista no art. 30 da IN STN Nº 01/97, requerendo cópia das notas fiscais, faturas e recibos que demonstrem a realização de despesas executadas no âmbito do convênio, ou, quando possível, realizando a análise de prestação de contas nas dependências do conveniente “1.5.1.5. elabore o processo de contas em conformidade com o disposto na IN TCU nº 57/2008, na Decisão Normativa TCU e na Norma de Execução da CGU vigentes no exercício e concernentes ao processo de formalização das contas” ,”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete/Planejamento e Controle					-

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:
Expedição de memorandos circulares aos servidores e colaboradores da SR11/RS, para conhecimento e cumprimento das determinações contidas do Acórdão 988/2009. Foi expedido OF/Nº 965/SR, de 01/12/2009, dando ciência ao TCU das providências adotadas. Foi elaborado pelo INCRA/Sede um modelo de Relatório de Gestão para padronizar o processo de prestação de contas.
Síntese dos resultados obtidos
A análise da prestação de contas de suprimento de fundos e de convênios tornou-se mais ostensiva e eficiente, bem como os supridos e asseguradores de convênios atentam mais para o cumprimento da legislação vigente.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
As demandas urgentes e descoladas da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, principalmente no início do exercício, são motivadores de excesso ou supressão no cumprimento da legislação vigente na íntegra, mas devidamente justificado.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-016.487/2006-4	2290/2009 – 2ª Câmara	1.5.1	Determinação	Ofício nº 707/2009-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL					
Descrição da Deliberação:					
“determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra que proceda ao confronto da documentação constante dos presentes autos com aquela pertinente ao Convênio RS/2170/2004 (SIAFI 505671), firmado em 30/06/2004 com o Município de Giruá/RS, e avalie a necessidade de instauração de tomada de contas especial, observadas as disposições constantes na IN/TCU 56/2007, informando a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) , acerca das providências adotadas:...”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração/Convênios e Assegurador do convênio					-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					

Procedida à confrontação da documentação, o entendimento foi no sentido de que o objeto do convênio foi considerado executado, a Prestação de Contas foi analisada e aprovada, e, os valores que não corresponderam à execução do objeto do convênio foram devidamente recolhidos aos cofres públicos da União. Foi expedido OF/Nº 965/SR, de 01/12/2009, dando ciência ao TCU das providências adotadas.

Síntese dos resultados obtidos

A análise da prestação de contas do convênio, culminando com o devido recolhimento de valores aos cofres da União, deram um caráter legal à aplicação correta dos recursos públicos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A insuficiência de recursos humanos fez com que a fiscalização e o efetivo recolhimento dos valores incorretamente executados fossem realizados em um prazo maior que o ideal.

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE
Admissão	0
Desligamento	0
Aposentadoria	03
Pensão	01

Fonte: Banco de Dados SDH

*As admissões e desligamentos são realizados pelo INCRA/Sede.

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Declaramos que as informações referentes a Contratos e Convênios firmados por esta Instituição estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Elisete Maria Guntzel Ramos
Chefe da Divisão de Administração
INCRA/RS

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

15. Informações Contábeis da Gestão

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do sistema SIAFI2009 (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta **Superintendência Regional do Rio Grande do Sul– INCRA/SR37201RS** que apresenta contas do exercício/2009.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Porto Alegre, 15 de março de 2010.

NELSON FERREIRA DE SOUZA

Contador CRC/2435

As demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/64, contidas nas páginas 135 a 139, seguem anexas extraídas do SIAFI.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO		MES	
SUBTITULO	373072/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DO R.G.DO SUL-IN CRA/SR-11		2009		DEZ(FECHADO)	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO		PAGINA	
			17/03/2010		1	
ATIVO			PASSIVO			
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008	
ATIVO FINANCEIRO	49.431.580,66	86.741.070,58	PASSIVO FINANCEIRO	49.431.569,36	86.741.059,28	
CREDITOS EM CIRCULACAO	49.431.580,66	86.741.070,58	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	49.431.569,36	86.735.191,43	
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	240.746,87	42.549.603,06	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	653.509,12	3.824.182,65	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	49.190.833,79	44.191.467,52	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.005,00	3.340,24	
ATIVO NAO FINANCEIRO	195.986.319,73	189.560.701,63	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	0,00	3.502,91	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-38.092.908,35	-41.018.541,32	CONVENIOS A PAGAR	276.294,00	3.544.000,00	
CREDITOS EM CIRCULACAO	-40.276.891,96	-43.197.700,60	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	376.210,12	273.339,50	
RECURSOS A RECEBER PIPAGO DE RP-RETIFIC	-49.190.833,79	-44.191.467,52	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	48.767.451,91	82.886.131,77	
DIVERSOS RESPONSAVEIS	293.593,15	188.760,41	A LIQUIDAR	48.767.451,91	82.886.131,77	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	8.620.348,68	805.006,51	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	10.608,32	24.877,01	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	2.183.983,61	2.179.159,28	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,01	5.867,85	
ESTOQUES	61.002,21	56.177,88	VALORES DIFERIDOS	0,01	5.867,85	
TITULOS E VALORES	2.122.981,40	2.122.981,40	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-48.749.451,91	-82.868.131,77	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	222.320.008,80	219.207.208,80	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-48.749.451,91	-82.868.131,77	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	34.242,34	34.242,34	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-48.749.451,91	-82.868.131,77	
DEPOSITOS COMPULSORIOS	34.242,34	34.242,34	PASSIVO REAL	682.117,45	3.872.927,51	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	222.285.766,46	219.172.966,46	PATRIMONIO LIQUIDO	244.735.782,94	272.428.844,70	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	62.100.770,59	58.987.970,59	PATRIMONIO/CAPITAL	272.420.371,51	242.430.494,83	
CREDITOS A RECEBER	160.184.995,87	160.184.995,87	PATRIMONIO	272.420.371,51	242.430.494,83	
PERMANENTE	11.759.219,28	11.372.034,15	RESERVAS	12.593,19	8.473,19	
INVESTIMENTOS	3.369,46	3.369,46	RESULTADO DO PERIODO	-27.697.181,76	29.989.876,68	
PARTICIPACAO SOCIETARIA	3.369,46	3.369,46	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	245.417.900,39	276.301.772,21	
IMOBILIZADO	11.749.789,43	11.362.604,30	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-273.115.082,15	-246.311.895,53	
BENS MOVEIS E IMOVEIS	11.749.789,43	11.362.604,30				
INTANGIVEL	6.060,39	6.060,39				
ATIVO REAL	245.417.900,39	276.301.772,21				
ATIVO COMPENSADO	99.260.190,81	91.096.671,24	PASSIVO COMPENSADO	99.260.190,81	91.096.671,24	
COMPENSAÇOES ATIVAS DIVERSAS	99.260.190,81	91.096.671,24	COMPENSAÇOES PASSIVAS DIVERSAS	99.260.190,81	91.096.671,24	
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	902.854,72	525.540,12	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	902.854,72	525.540,12	
GARANTIAS DE VALORES	4.441.876,06	4.441.876,06	VALORES EM GARANTIA	4.441.876,06	4.441.876,06	
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	89.947.866,16	84.125.840,11	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	89.947.866,16	84.125.840,11	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	3.889.624,01	1.945.033,30	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	3.889.624,01	1.945.033,30	
OUTRAS COMPENSAÇOES	77.969,86	58.381,65	COMPENSAÇOES DIVERSAS	77.969,86	58.381,65	
ATIVO	344.678.091,20	367.398.443,45	PASSIVO	344.678.091,20	367.398.443,45	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373072/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRASR-11
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 17/03/2010	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	81.950.049,40	279.247.919,20	ORCAMENTARIAS	71.356.483,40	158.914.438,64
RECEITAS CORRENTES	272.791,38	1.768,80	DESPESAS CORRENTES	15.115.779,10	20.534.422,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	272.791,38	1.768,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.284,21	25.461,70
DEDUCOES DA RECEITA	-511,23	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.838.423,61	20.402.288,35
INTERFERENCIAS ATIVAS	14.303.873,45	125.373.219,80	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	468.071,28	108.674,33
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.303.873,45	125.373.219,80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	468.071,28	108.674,33
SUB-REPASSE RECEBIDO	14.297.805,60	125.367.351,95	DESPESAS DE CAPITAL	55.990.605,32	138.089.918,69
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	5.867,85	5.867,85	INVESTIMENTOS	14.126.597,84	18.049.600,61
MUTACOES ATIVAS	87.374.094,80	153.872.930,80	INVERSOES FINANCEIRAS	41.864.007,48	122.040.219,08
INCORPORACOES DE ATIVOS	34.089.288,89	80.440.385,61	INTERFERENCIAS PASSIVAS	0,01	5.867,85
AQUISICOES DE BENS	30.281.217,07	76.475.388,91	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,01	5.867,85
INCORPORACAO DE CREDITOS	3.808.069,82	3.964.996,70	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	0,01	5.867,85
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	33.284.807,91	73.432.545,19	MUTACOES PASSIVAS	250.098,97	284.329,72
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	170.793.204,26	54.828.402,03	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	250.098,97	284.329,72
INTERFERENCIAS ATIVAS	20.421.743,35	2.611.993,65	LIQUIDACAO DE CREDITOS	250.098,97	284.329,72
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	84.561,96	2.611.982,35	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	209.083.951,02	145.172.005,91
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	20.316.953,91	11,30	INTERFERENCIAS PASSIVAS	17.031.623,63	1.768,60
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	20.227,48	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	16.739.116,00	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	150.371.460,91	52.216.408,38	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	282.507,63	1.768,60
INCORPORACOES DE ATIVOS	148.337.421,63	51.512.405,19	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	192.052.327,39	145.170.237,31
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	44.260.495,17	2.518.266,82	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	124.648.839,62	133.237.663,87
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	1.200.528,23	827.787,89	BAIXA DE BENS IMOVEIS	74.104.896,42	78.394.902,73
INCORPORACAO DE DIREITOS	100.878.398,23	48.166.350,48	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.334.216,55	710.139,17
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.034.039,28	704.003,19	BAIXA DE DIREITOS	49.209.926,65	54.132.621,97
RESULTADO PATRIMONIAL	27.697.181,76	0,00	INCORPORACAO DE PASSIVOS	67.403.487,77	11.932.573,44
DEFICIT	27.697.181,76	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	29.989.876,68
			SUPERAVIT	0,00	29.989.876,68
VARIACOES ATIVAS	280.440.434,42	334.076.321,23	VARIACOES PASSIVAS	280.440.434,42	334.076.321,23



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373072/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRA/SR-11
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 17/03/2010	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	70.920.584,60	-70.920.584,60
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	14.929.979,28	-14.929.979,28
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	11.284,21	-11.284,21
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	14.918.695,07	-14.918.695,07
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	55.990.805,32	-55.990.805,32
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	14.126.597,84	-14.126.597,84
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	41.864.007,48	-41.864.007,48
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	70.920.584,60	-70.920.584,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373072/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRASR-11
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 17/03/2010	PÁGINA 2

TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
					CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	71.119.128,20	185.799,82	70.933.328,38
					DESPESAS CORRENTES	0,00	15.128.522,88	185.799,82	14.042.723,08
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	11.284,21	0,00	11.284,21
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	15.117.238,87	185.799,82	14.931.438,85
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	55.990.605,32	0,00	55.990.605,32
					INVESTIMENTOS	0,00	14.126.597,84	0,00	14.126.597,84
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	41.864.007,48	0,00	41.864.007,48
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	71.119.128,20	185.799,82	70.933.328,38
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	71.119.128,20	71.119.128,20	14.303.673,44	56.815.454,76					
TOTAL	71.119.128,20	71.119.128,20	14.303.673,44	56.815.454,76	TOTAL	0,00	71.119.128,20	71.106.384,42	12.743,78
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	56.902.710,98	-56.902.710,98	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	71.119.128,20	71.119.128,20	71.106.384,42	12.743,78	TOTAL GERAL	0,00	71.119.128,20	71.106.384,42	12.743,78

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	89,1
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	30,8
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR.	5.525,77
							Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	127,08
							Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamento s com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	70,97
							Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
<u>Índice de acesso à água para consumo doméstico</u> [7]	<u>Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente</u> [8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	18,82
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra</u> [9], <u>dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	ver Justificativa 1

Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>	Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	157,77
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	45,49
<u>Índice de acesso a serviços sociais básicos</u> (opcional ou não)	Expressa a proporção de famílias que tiveram acesso aos serviços sociais básicos descritos no item 5.7 do Anexo dois da NE n.º 60/2007.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias atendidas em ações sociais pelas equipes de Assistência Técnica no exercício, dividido pelo número total de famílias no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias atendidas em ações sociais pelas equipes de Assistência Técnica – apurado em consonância com o descrito no item 5.7 dos Anexos II e III da NE-INCRA n.º 71/2008 a ser alimentado no Sistema Sipra.	ver Justificativa 2

por amostragem) [1]						multiplicado por 100.	Número de famílias do PA – Conforme constante do Sistema Sipra	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	ver Justificativa 3
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	83,05

<u>Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]</u>	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	ver Justificativa 4
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	4,01
Número de projetos ambientalmente diferenciados e implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	ver Justificativa 5
<u>Índice de consolidação de assentamentos [16]</u>	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	11,27

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	100
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	49
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV	41,67

Justificativas para a não apresentação de indicadores:

(1) Em janeiro/2009, a partir da licitação de ATES (concorrência pública nº 03/2008), foram contratados os PDA/PRA para todos os assentamentos a serem atendidos com ATES (9.838 famílias em 284 assentamentos). Esta ação foi iniciada pelas equipes técnicas de ATES em 2009, com previsão de finalização em junho/2010.

(2) A informação sobre o acesso das famílias assentadas a serviços sociais básicos (educação, saúde, saneamento, lazer, entre outros) poderá ser obtida pelo INCRA/RS após a conclusão dos PDA/PRA que estão sendo elaborados pela ATES, uma vez que estes dados fazem parte do diagnóstico situacional que será realizado em todos assentamentos. Além disso, o INCRA Nacional iniciou, em 2010, uma grande pesquisa nos assentamentos de todo o país, por amostragem, denominada "Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos do Brasil, com o objetivo de obter dados consistentes relativos à produção, infraestrutura, renda, educação, saúde e recursos naturais dos assentamentos, visando a divulgação dos mesmos à sociedade e o fornecimento de subsídios ao processo de planejamento do Desenvolvimento dos Assentamentos. Dessa forma, o INCRA está buscando as informações necessárias a obtenção deste Indicador, o que ocorrerá no ano de 2010.

(3) Este índice não é possível ser verificado neste momento, tendo em vista que as informações oficiais disponíveis sobre o Pronaf (Banco do Brasil, MDA, ATES) não estão completas e atualizadas até dezembro/2009, além de não permitirem a separação entre o público assentado e o público da agricultura familiar em geral.

(4) O INCRA Nacional iniciou, em 2010, uma grande pesquisa nos assentamentos de todo o país, por amostragem, denominada "Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos do Brasil, com o objetivo de obter dados consistentes relativos à produção, infraestrutura, renda, educação, saúde e recursos naturais dos assentamentos, visando a divulgação dos mesmos à sociedade e o fornecimento de subsídios ao processo de planejamento do Desenvolvimento dos Assentamentos. Dessa forma, o INCRA está buscando as informações necessárias a obtenção deste Indicador, o que ocorrerá no ano de 2010.

(5) Não há projetos ambientalmente diferenciados no Rio Grande do Sul.